



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 75

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....Deputado Valdir Rossoni
PFL.....Deputado Plauto Miró
PTB.....Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....Deputado Orlando Pessuti
PPB.....Deputado Augustinho Zucchi
PT.....Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....Deputado Edgar Bueno
PL.....Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE JUNHO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

○ SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

○ SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

○ SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 365/98, que altera a Lei nº 790, de 14 de novembro de 1.951, que criou o Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) MILTINHO PUPPIO

REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 161/98, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Mendigaria.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) MILTINHO PUPPIO

REQUERIMENTO Nº 1002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de nº 51/98, que autoriza o Poder Executivo a alterar a destinação do imóvel situado no Município de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) MILTINHO PUPPIO

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 213/98, que revoga a Lei nº 10.959, de 16 de dezembro de 1994, que criou o Banco de Dados do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 188/98, que dispõe sobre o Incentivo Fiscal para os Esportes no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº

215/98, que altera a redação do art. 4º, da Lei nº 8.521, de 21 de julho de 1987.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) NELSON GARCIA.

REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 207/98, relativo à Mensagem nº 022/98, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 208/98 relativo à Mensagem nº 023/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1013-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja transformado em Regime de Urgência a tramitação do Projeto de Lei nº 221/97, que institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - FUNDAF.

O referido pedido justifica-se primeiramente, pela importância da matéria, uma vez que, constitui valioso instrumento para alavancar a pequena e média agricultura no Estado do Paraná. Destaca-se ainda, que o referido projeto obteve apoio de mais de 40 Deputados na ocasião em que foi protocolado e que, encontra-se mais de ano parado na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(aa) ÂNGELO VANHONI

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, convidar o Senhor Petros Emile Abi-Abibe, MD. Superintendente Regional do INCRA no Estado do Paraná,

para prestar esclarecimentos a esta Casa de Leis, sobre os projetos para a reforma agrária em nosso Estado.

Pelo acima exposto e pela importância do convite, esperamos contar com o devido apoio dos nossos Pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a douta Comissão Executiva determine o dia 25 (vinte e cinco) de agosto do corrente ano, para outorga de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Doutor Henrique Chesneau Lenz, conforme Lei nº 11.867 de 17.11.97.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a douta Comissão Executiva determine o dia 18 (dezoito) de junho do corrente ano, para a outorga de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Cid Flaquer Scar-tezzini, conforme Lei nº 11.940 de 10.12.97.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro e Historiador, Luiz Carlos Pereira Tourinho, ocorrido nesta Capital em 31 de maio de 1998.

Requer ainda que, da decisão, seja cientificada a família, à Rua Des. Hugo Simas, 430, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Poucos paranaenses souberam magnificar e engrandecer o nosso Estado como o engenheiro e historiador Luiz Carlos Pereira Tourinho. Sua morte, ocorrida em 31 de maio de 1998, priva o Paraná e o Brasil de um patriota e paranista como poucos souberam ser. Nascido há 84 anos, filho de dona Esther Pereira Tourinho e do General Plínio Tourinho (um dos chefes da Revolução de 30 e seu primeiro interventor no Paraná), era casado com

dona Sílvia Nascimento Tourinho e tinha quatro filhos, Luiz Fernando, Luiz Carlos, Plínio e Lúcia Helena.

De sua família, herdou a vocação para a vida militar, e ao mesmo tempo, deixou aflorar e fecundar a sua veia de grande escritor, por cuja condição deixou em páginas indeleveis, todo o seu amor pela terra natal e o exacerbado espírito paranista.

No campo profissional, seu trabalho como docente da Faculdade de Engenharia nas áreas de Estatística, Matemática, Economia Política e Finanças, Engenharia de Transporte, Economia de Engenharia, veio acrescentar ainda mais brilho à sua carreira e vida, pródigas em contribuição ao nosso Estado.

Atuando como engenheiro, foi o construtor de inúmeras obras no campo rodoviário. Além disso, ao dirigir o DER do Paraná, foi autor do primeiro Plano Rodoviário Estadual - que até hoje embasa as realizações governamentais nessa área. Ainda como engenheiro, o professor Luiz Carlos Tourinho foi diretor técnico da COPEL, interventor federal no então IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), diretor presidente e maior artífice da construção do Instituto de Engenharia do Paraná.

Como intelectual, Tourinho foi desde 1971, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Seus escritos, cujo estilo misturavam harmoniosamente as clássicas expressões dos escritores antigos com o moderno escrever, foram sempre claros e objetivos, e retratam o passado histórico do Paraná.

Sua cultura, adquirida pelo estudo e leitura, sua vivência familiar, seu desprendimento das coisas materiais, sua vida política e administrativa e sua obra literária produziram riquíssimas páginas para o mundo literário e para a história do Paraná; conforme atestam o escritor Túlio Vargas, presidente da Academia Paranaense de Letras e o historiador Luiz Romaguera Neto, seu diretor no venerando Instituto Histórico.

Pai extremado, chefe de família zeloso, sincero e leal, homem bom, íntegro, profissional respeitado, todos estes predicados credenciam sobejamente o engenheiro e historiador Luiz Carlos Pereira Tourinho e engalanar como digno personagem, a galeria dos "varões de Plutarco". Sua perda é uma lacuna dolorosa para quantos com ele conviveram, mas sua vida constitui um legado exemplar para as novas gerações de paranaenses e brasileiros.

REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de

profundo pesar, à família Tourinho, pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Pereira Tourinho, ocorrido ontem em Curitiba; causando a mais profunda consternação entre seus familiares, amigos e admiradores.

Uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão desta Casa à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à AV. Des. Hugo Simas, 430, Mercês, CEP 80520-250, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Lauro Balhs Araújo, Vereador do Município de Ipiranga, ocorrido no dia 25 de maio do corrente ano em Ipiranga no Paraná.

Outrossim, solicita da decisão da mesa seja enviada cópia do requerimento na pessoa da Sra. Geraldina Araújo na Rua João Ribeiro Fonseca, nº 929, Ipiranga - PR.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família do Senhor Pedro Salvador Ruiz, residente no Município de Cianorte, falecido no último dia 28 de maio.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário da Casa, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Darcisio Grassi, ocorrido no último dia 30 de maio, na Cidade de Campo Bonito, neste Estado.

Pioneiro, empresário, pessoa dedicada à comunidade e primeiro prefeito de Campo Bonito, deixa no município e região um sentimento de consternação, que só será superada pelas ações e ensinamentos que legou às pessoas que com ele conviveram.

Requer ainda, que do aprovado seja dado ciência a Sra. Lurdes Grassi, junto a Prefeitura Municipal de Campo Bonito. CEP - 85450-000.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Grassi, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Darcísio Roberto Grassi, do Município de Campo Bonito-PR.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, o Senhor Darcísio Roberto Grassi, ex-Prefeito do Município de Campo Bonito, deixa esposa e filhos. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Pioneiro na localidade, teve participação destacada em todos os setores. Quer como líder comunitário, apoiando e contribuindo com as pessoas menos favorecidas pela sorte. Como homem de negócios, portou-se com honradez ímpar. Na vida pública, como o 1º prefeito do Município, deixou uma marca impagável. Construiu os alicerces para fundamentar em bases sólidas Campo Bonito. Sua ação é inquestionável sob todos os aspectos. Bom pai de família, esposo leal, cidadão benfeitor. Crente em Deus, colocou sempre a questão espiritual acima das coisas terrenas.

O Município de Campo Bonito encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolescências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Jornal do Estado pelo transcurso do seu 15º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao seu Diretor-Presidente, Dr. Roberto Barrozo Filho para que receba e transmita aos demais diretores e colaboradores o reconhecimento do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Fundar um jornal é instalar um farol.

Exatamente é o que fez o Dr. Roberto Barrozo Filho há 15 anos quando fundou o Jornal do Estado que permanece até hoje, com uma extraordinária credibilidade junto a opinião pública.

Grande pois, é a responsabilidade que um jornal assume perante o público. E o Jornal do Estado capitaneado pelo Dr. Roberto Barrozo Filho tem para com o seu público deveres que o inibem de descambar para o sensacionalismo. Órgão essencialmente informativo a ele cabe pôr seus leitores a par dos acontecimentos sem os deturpar ou alterar.

O Jornal do Estado representa o verdadeiro espírito de pioneirismo contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento social, cultural e econômico de nosso Estado.

A eficiência do seu diretor-Presidente, demais diretores e colaboradores resumem os fatores de sucesso desse importante veículo de comunicação que é o Jornal do Estado.

É portanto, para nós motivo de grande júbilo o transcurso do 15º aniversário de fundação do Jornal do Estado que tem à frente a figura do Dr. Roberto Barrozo Filho.

O Jornal é pois, o farol a espantar as trevas, é a alavanca a impulsionar o progresso.

O Jornal do Estado transmite a verdade e a paz, semeando a esperança com expressão da vontade majoritária de seus leitores e posição amadurecida com o papel de informar a formar a opinião pública que abraça com vocação e sobretudo com amor.

"Para quem caminha em direção ao sol,
É sempre madrugada"

(Helena Kolody)

Não é sem razão que a imprensa é considerada o quarto poder. Sentinela vigilante, a ela compete fiscalizar os atos daqueles que mantêm uma parcela do poder público. Não só fiscalizar, mas alertar os governos para os perigos que significam tais ou quais atos de seus projetos.

Certo dia o poeta dizia: "O homem torna-se útil à medida que demonstra seus conhecimentos. - Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida".

Passam-se os séculos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa, especialmente pelo bem público.

Por isso, é de todo justo este reconhecimento do Poder Legislativo Paranaense ao Jornal do Estado, como atestado de que o sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de louvor e congratulações, para com a Senhora Tereza Nereu Teto Rodrigues, artista plástica, pela excelente exposição realizada com o tema "Orações da Natureza".

Requer, ainda que do presente se dê ciência à homenagem, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Paulo Gorski, 380 - Mossunguê - CEP: 81.200-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja enviado ao Município de Rolândia, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 29.06.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja enviado ao Município de Sertãoópolis, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 06.06.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de louvor ao SINDARSPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná - que no dia 30.05.98 completara 07 anos de existência.

Fundado em 30.05.1991, este Sindicato originou-se da APRASPAS - Associação Profissional dos Agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, fundada em 02.08.90 com objetivo de congregar os agentes penitenciários e seus familiares.

Esta entidade Sindical tem entre seus amplos objetivos a defesa dos direitos da categoria perante o Poder Público nas relações de trabalho, sem entre-

tanto, esquecer as funções assistências e filantrópicas como a coleta de alimentos para familiares de funcionários mortos em rebeliões e a efetivação de convênios com lojas comerciais para facilitar a aquisição de alimentos por seus associados.

Outrossim requer, após a devida aprovação pelos nobres Pares, o encaminhamento de correspondência ao Presidente do Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná - SINDARSPEN, à Rua Marechal Floriano, 134 - 2º andar - sala 301 - Centro - n/Capital - CEP: 80.020-090.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado, votos de congratulações ao jovem escritor paranaense Eduardo Emílio Fenianos, pelo lançamento do livro: "O Urbenauta, Manual de Sobrevivência na Selva" e do filme: "O Urbenauta - Uma aventura na cidade".

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Eduardo Emílio Fenianos, nasceu nesta Capital do Estado, em 06.10.70, acumula 27 primaveras e é filho de Eduardo Fenianos e de Ewa Maria Fenianos, gente da nossa querida Irati, que muito nos orgulha.

Este jovem escritor fez uma incursão pelos bairros de Curitiba, e fez uma verdadeira viagem pelos rios que cortam esta Capital. Percorreu 9 mil quilômetros a pé e de Urbenave. 1.216 quilômetros foram navegados em 12 dias nos rios Barigüi, Atuba, Belém, Passaúna e Iguaçu.

Durante a expedição, 9.128 fotos foram feitas sobre todos os bairros de Curitiba. Revisão e atualização de 800 pontos no mapa de Curitiba. Preenchimento de 35 cadernos com a descrição de cada rua da cidade.

Fenianos dormiu, almoçou e jantou em 200 casas diferentes. Conheceu de 10 a 15 pessoas diferentes por dia. Durante 100 dias de viagem, Fenianos preencheu 1.728 folhas com anotações sobre as ruas de Curitiba. Durante a expedição, ele consumiu 220 litros de água mineral.

Para a filmagem, Fenianos chamou o diretor alemão Hans Stempel. Foram 25 dias de filmagens e o resultado final é uma mistura de realidade com ficção.

É, portanto, merecedor desta singela homenagem, que pedimos o apoio dos nobres pares.

REQUERIMENTO Nº 1006

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações ao Senhor Pedro Cortez, Pastor e Vereador residente e domiciliado no Município de Telêmaco Borba, por ocasião das comemorações dos seus três Jubileus de Prata comemorados este ano.

Requer ainda que seja dado ciência, através de correspondência a ser enviada ao homenageado à Rua Alameda Osvaldo Cruz, 224 - Bairro São Roque - CEP: 84260-000 - Município de Telêmaco Borba, neste Estado.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Jornalista Abdo Aref Kudri, Diretor do Jornal Diário Popular pela realização da 22ª Edição do Troféu Chuteira de Ouro, premiando os melhores do futebol paranaense, uma das mais conceituadas homenagens aos senhores dirigentes, atletas e técnicos esportivos do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na pessoa de seu Presidente Dr. Artagão de Mattos Leão, pela passagem neste dia 02 de junho, dos 51 anos daquela instituição.

São 51 anos de fiscalização perene da coisa pública, cujos princípios foram pinçados da própria história das Cortes de Contas de todo o mundo. Das contribuições gregas e romanas ao modelo canadense de autoria moderna; do Tribunal Imperial do Brasil de 1824 ao Tribunal de Contas de 1890; do insigne paranaense Manoel Francisco Correira, filho de Paranaguá e primeiro Presidente do Tribunal de Contas da União, aos ilustres Conselheiros que hoje acompanham a condução daquela Instituição. Tudo contribuiu para o desenvolvimento de um órgão de fiscalização eficiente e dinâmico - dado o constante aperfeiçoamento das ações e para a solidificação institucional de um colegiado independente e atuante, como o Tribunal de Contas paranaense.

Dentro de sua competência o TC tem buscado na informação, por intermédio dos mais diferenciados meios de comunicação, a informação de sua história, na luta incessante e implacável contra a corrupção e o mau uso do dinheiro público.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República do Brasil, solicitando medidas a respeito das ações da Receita Federal em conjunto com o Exército, ocorridas em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Foz do Iguaçu enfrenta um dos piores momentos econômicos, sociais e morais de toda a sua história. Situação complicada, ainda mais, pela Receita Federal e o Exército que, na semana passada, proporcionaram mais de uma ação espalhafatosa, que colocou Foz do Iguaçu nas páginas de todos os jornais brasileiros, mais uma vez, como a terra do caos e da falta de leis.

De todas as ações já promovidas, rememorando a Operação "Rede Brasil" que tornou-se objeto de investigação pela Câmara Federal, talvez esta da Receita seja a mais grave e a de maior impacto na economia da região das três fronteiras. Uma verdadeira tragédia. Pior, Senhor Presidente, é constatar que as ações contra Foz do Iguaçu, ordenadas pelas direções nacionais da Receita Federal e da Polícia Federal, são precedidas de uma possível orquestração através da imprensa nacional, que justifica perante o Ministério da Justiça estas ações.

Para chegar a esta conclusão, basta ver os dias que antecederam a ação conjunta entre a Receita Federal e o Exército. O Senador Romeu Tuma esteve em Foz para dizer que a cidade é um centro de lavagem de dinheiro. Em seguida, nos três dias que antecederam a ação da Receita, temas como contrabando, tráfico de armas e terrorismo na fronteira tomaram conta do noticiário em rede de televisão.

É muita coincidência para ser apenas interesse jornalístico; os temas são antigos mas, são sempre retomados antes de alguma ação dos órgãos federais. A Operação "Rede Brasil", contra os árabes da fronteira, também recebeu um tratamento parecido nos dias que a antecederam.

Estas matérias justificam perante o governo federal as ações na cidade. A falta de informações do Ministério da Justiça sobre os problemas na fronteira, fazem com que o Ministério autorize este tipo

de operação, baseado somente nos noticiários, que quase nunca fazem um paralelo sobre a realidade econômica da fronteira e o quanto este tipo de ação prejudica Foz do Iguaçu.

Em seu gabinete em Brasília, o Senhor Everardo Maciel talvez não tenha refletido sobre o que fez em Foz do Iguaçu e na região da fronteira. Realizando sua grande operação para combater o tráfico e o contrabando, causou um colapso terrível sem, no entanto, obter resultado prático disso tudo. Provocou apenas um estrago na economia legal e na imagem da cidade.

Nas reportagens que justificaram a "grande" operação conjunta entre a Receita e o Exército, mostraram em Foz do Iguaçu como um grande centro de tráfico de armas e drogas, além é claro, do contrabando de mercadorias compradas em Ciudad del Este.

Porém, apreenderam caixas de cigarros e outros produtos, o chamado contrabando, esse feito pelos sacoleiros, que sustentam milhares de ambulantes no país inteiro e boa parte da economia de Foz (pequenos hotéis, restaurantes, empresas de turismo, táxis brasileiros que trabalham no Paraguai, "laranjas" ...), sem falar claro, que mantém viva Ciudad del Este.

Mas, onde estão as armas e as drogas? Até agora os organizadores da mega-operação não divulgaram o resultado nestas áreas. Ao que parece não houve apreensões de armas e drogas. Claro que não, pois este tráfico, se ele existir, não é feito por ônibus, e quando ocorre se dá em pequena escala. Ele, certamente, é feito via aérea, em aeroportos clandestinos. E este, verdadeiro contrabando, precisa de combate efetivo e não de operações megalomânicas que amedrontam pessoas comuns.

Neste momento em que a cidade procura soluções para a escalada da violência e do desemprego. Neste momento em que a cidade discute temas complicados como os achaques aos compristas e a lavagem do dinheiro. Neste momento em que a cidade discute até os motivos que teriam levado um auditor da Receita Federal a sofrer um atentado, o Senhor Everardo Maciel, sem dúvida nenhuma, perdeu uma grande oportunidade de ajudar.

E para completar, Everardo Maciel, de forma arrogante, concede entrevista e chama sacoleiros de contrabandistas, além de afirmar que a Área de Livre Comércio, pleiteada pela comunidade iguaçuense, servira para legalizar o contrabando.

Faz estas declarações no momento em que a cidade discute como nunca a implantação da ALC (Área de Livre Comércio) que poderia servir de solução para o desemprego, o caos social e até mesmo para o contrabando que de repente a Receita se esmerou tanto em combater.

Houve, Senhor Presidente, um grande desrespeito para com a comunidade iguaçuense e com o próprio Estado do Paraná. Se o Secretário não quisesse ajudar, poderia ter pelo menos respeitado a região da fronteira e seus problemas, que a própria comunidade de uma forma ou outra vem procurando soluções.

Entretanto, ação capitaneada pelo Secretário conseguiu criar mais alguns problemas, como o fechamento da Ponte da Amizade, os protestos de comerciantes e autoridades paraguaias e o comprometimento do turismo, prejudicando hoteleiros e agentes de viagens. Causando prejuízos irrecuperáveis para a estrutura turística iguaçuense.

Antes de autorizar operações questionáveis em Foz do Iguaçu, o Governo Federal deveria ter a responsabilidade de agilizar saídas - como a Área de Livre Comércio - que poderiam substituir os empregos gerados através dos sacoleiros.

Afinal, são eles que mantêm pequenos hotéis e restaurantes, que só sobrevivem graças ao movimento dos compristas e que, sem outra alternativa, serão obrigados a fechar as portas, gerando mais desemprego. Somam-se ainda aos efeitos devastadores da medida, os cerca de trinta mil brasileiros que trabalham em Ciudad del Este ou sobrevivem do comércio fronteiriço, que também estarão desempregados e provavelmente aumentando índices de violência que já são altíssimos na região.

É preciso acabar com o contrabando. Todos nós concordamos. Mas não às custas de uma cidade. Por outro lado, é necessário apresentar outras opções a Foz do Iguaçu, caso contrário estaremos diante de um caos social de proporções difíceis de serem imaginadas.

Por essa razão, Senhor Presidente, é necessária a retratação pública do Secretário Everardo Maciel que maculou o trabalho de valorização turística da Cidade de Foz do Iguaçu. Também estamos rogando por sua ação política, como Presidente da República, de autorizar a criação da Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, para que operações lesivas e agressivas como a realizada pela Receita Federal não precisem mais ser repetidas.

REQUERIMENTO Nº 974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Doutor Pretextato Penaforte Taborda Ribas Neto, no sentido de indicar o Senhor Vilmor Picolotto, para integrar as listas triplíces, destinadas ao preenchimento dos cargos de Juizes Classistas Temporários, representantes dos

Empregadores, para as 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba.

O Senhor Vilmor Picolotto teve seu nome indicado pelo SESC/PR - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná, para compor a Lista Triplíce em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de maio de 1998, conforme edital em anexo.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente aos Exmos. Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública, Rubens Abrahão Tanure, e Chefe da Casa Civil, Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando medidas urgentes e indispensáveis, no sentido de suprir vagas de Médico Legista e Auxiliar existentes no Instituto Médico Legal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Médico Legal de Campo Mourão, a despeito de uma série de dificuldades, tem oferecido à Justiça valiosos subsídios nos esclarecimentos de óbitos que ocorrem em toda a microrregião polarizada por Campo Mourão, não obstante uma série de outras dificuldades, a que tem causado enorme apreensão por parte daquela comunidade é o fato de que apenas um Médico Legista e um auxiliar atendem ininterruptamente aquele serviço, tendo em vista a demissão do outro médico, não tendo sido substituído até a presente data.

Como deve ser do conhecimento do Sr. Diretor do Instituto Médico Legal do Estado, o volume de tarefas geradas naquele posto de Campo Mourão exige a imediata reposição do Médico Legista, para que este tão nobre serviço não sofra uma quebra de continuidade.

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner; ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Rubens Tanure; e ao Diretor Geral da Polícia Civil, Artur Braga, solicitando viaturas para a Delegacia de Polícia 13ª Subdivisão Policial - Ponta Grossa.

A Delegacia acima referida atende Ponta Grossa e todos os municípios da Região dos Cam-

pos Gerais, e vem apresentando deficiência no setor de viaturas, visto que as últimas unidades entregues à 13ª Subdivisão Policial foi há cerca de três anos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dado ciência ao Delegado Chefe da 13ª Subdivisão Policial, Emílio Wzorek, sito na Av. J. M. S. Ribas, s/nº, Ponta Grossa e ao Prefeito Municipal Jocelito Canto, sito na Av. Visconde de Taunay, 950, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 980

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner, solicitando a liberação de recursos para a recuperação da estação ferroviária de Ponta Grossa.

A estação ferroviária de Ponta Grossa apresenta avarias que necessitam de reparos, pois trata-se de um patrimônio não somente de Ponta Grossa, mas sim do Estado do Paraná.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Jocelito Canto, sito à Av. Visconde de Taunay, 950, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 981

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner, solicitando a liberação de recursos para a instalação do Projeto "Chácara Dantas", em Ponta Grossa.

O projeto acima referido, faz parte de emendas apresentadas por vários deputados, além de ser um pedido de lideranças e da comunidade pontagrossense.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Jocelito Canto, sito à Av. Visconde de Taunay, 950, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS): Sr. Luiz Roberto Bruel, solici-

tando a possibilidade de antecipar a instalação do gasoduto em Ponta Grossa.

Algumas indústrias, no momento de instalarem novas unidades, visam cidades que possuem a estrutura do gasoduto, sendo assim Ponta Grossa encontra-se prejudicada pela falta desse sistema. Por esse motivo e visando o progresso e o desenvolvimento do município de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais é realizada tal solicitação.

REQUER ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa Jocelito Canto, sito na Av. Visconde de Taunay - 950, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões em 02.06.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 985

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Rita Maria Pres-tes dos Santos, residente à Rua dos Butiazeiros nº 42, localizada no Jardim das Graças, a qual pede a limpeza de dois terrenos baldios existentes nessa rua esquina com a Rua das Pitangueiras. Os terrenos ficam um de frente para o outro e estão cheios de mato muito alto, servindo de esconderijo para desocupados. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 359-3553.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Dr. Carlos de Paula Soares - Bairro Mercês, os quais pedem policiamento ostensivo nessa rua e nas proximidades. Marginais ficam circulando pelas ruas desse bairro durante todo o dia e causando medo na população. A presença de policiais, com certeza, inibirá a ação dos marginais e proporcionará segurança à população.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de

Pedido de Informação a Exma. Sra. Fany Lerner, Presidente do PROVOPAR Ação Social, solicitando informações sobre a campanha do agasalho.

1. Quantas peças publicitárias foram elaboradas e executadas?

2. Qual a empresa contratada para elaborar o material de divulgação?

3. Qual o montante de recursos, em reais, gastos na elaboração e veiculação da publicidade?

3.1. Cópia do contrato efetuado entre as partes.

4. Os personagens (crianças e adultos) que participaram como "atores/atrizes" receberam algum cachê?

4.1. Cópia do contrato assinado entre as partes.

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1003

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registradas nos Anais desta Casa de Leis, as publicações em data de 27 de maio de 1998, de duas matérias referentes à área de Saúde do Estado do Paraná - "A Saúde no Paraná" (Jornal "O Estado do Paraná") e "Paraná registra o melhor atendimento pelo SUS" (Jornal do Estado).

Sala das Sessões, em 02.06.98

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 218/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Manuel Alho da Silva, digníssimo Cônsul Honorário de Portugal, em Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.06.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

É de real valor e bom alvitre, esta Assembléia Legislativa conceder o título honorífico de "Cidadão Honorário do Paraná" ao eminente Senhor Comendador Manuel Alho da Silva, digníssimo Cônsul Honorário de Portugal em Londrina, há mais de 25 anos, cidade onde o mesmo desenvolve atividades na indústria, comércio, agropecuária e

setor imobiliário, sendo ainda fundador e incorporador de inúmeras empresas de grande porte nas diversas áreas de suas atividades na Região Norte do Paraná.

Manuel Alho da Silva, nasceu em Freguesia de Ourém, Conselho de Vila Nova de Ourém, Distrito de Santarém - Portugal, em 19 de setembro de 1927. Filho de Manuel Silva dos Reis e Gertrudes de Jesus Alho. Casado com a Senhora Dagmar Eneida Christino Alho da Silva, pai de três filhos: Paulo Manuel, Luiz e Guilherme, tendo firmado residência em Londrina - PR desde 1952.

Um homem de visão que com sua capacidade administrativa e com espírito público vem ajudando o Brasil com suas características de suficiência e honestidade; ajudando especialmente o povo do Paraná.

Entendemos que este é o momento do Paraná, aqui representado pelo conjunto dos Deputados Estaduais nesta Assembleia Legislativa, de homenagear esta personalidade nacional e internacional, Manuel Alho da Silva, com a maior honraria desta Casa, que é o título de Cidadão Honorário do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 219/98
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.98.
(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI" de Santo Antonio da Platina, fundada em 26 de novembro de 1994, tem sua sede localizada à Rua Barão do Rio Branco, 156.

Tem como finalidade o atendimento à maternidade e à infância com proteção e assistência antes, durante e depois do parto, assistência médica à criança, à gestante e ao lactente em estado de desnutrição e reconhecidamente pobre, principalmente de famílias com prole numerosa, proteção e educação de crianças, órfãs abandonadas que vivem nas vias públicas, sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, à contravenção, à perversão e ao crime por falta de amparo bem como de pais comprovadamente

pobres, por meio de colocação familiar, internamentos, etc.

O trabalho prestado pela APMI através de sua equipe de voluntárias, tem dignificado o serviço de assistência aos munícipes, nos casos em que a população não pode ser atendida pelos órgãos oficiais, e por isto apresentamos o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 220/98
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Rodovia "Adhmar Vieira de Araújo", o trecho da BR-277, estadualizada, entre o Município de Irati até o trevo do Spréa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.98.
(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Adhmar Vieira de Araújo nasceu e residiu em Irati, sendo, sem dúvidas, uma das pessoas que mais conviveu com a ligação das cidades da nossa Região Centro-Sul do Estado.

Foram cerca de 60 anos de dificuldades.

Estamos falando mais das décadas de 30, 40 e 50. As estradas eram quase carreadores particulares que interligavam as propriedades da região, como fazendas e serrarias. Que viagens! A maioria das vezes levava de 5 a 10 horas, para um trecho de Irati a Imbituva, por exemplo, e numa das vezes chegou a levar 14 horas, onde encalhou meia dúzia de vezes nos diversos trechos de atoleiros, sendo que em um deles permaneceu 7 horas encalhado. As formas de sair dos atoleiros eram diversas, mas geralmente tinha que procurar o socorro de moradores próximos, os quais, com seus cavalos, puxavam o seu veículo. Dona Dolores sempre preparava alimentos para os filhos suportarem o tempo das viagens. Estrada propriamente dita, para ligar Irati a Imbituva, só foi construída em meados da década de 60, época que seu Alberto e dona Regina já tinham falecido.

Contudo, as dificuldades dessas viagens eram pequenas para o Senhor Adhmar, em comparação a grande amizade e respeito que sempre dedicou aos seus sogros. Portanto, é justo homenagear o Senhor Adhmar, homem digno e honrado, dando o nome da Rodovia "Adhmar Vieira de Araújo", cuja pavimentação está para ser inaugurada, pois é uma forma de compensar um pouco o que passou nela em vida, o qual não pôde desfrutar do conforto que

estas novas benfeitorias vão proporcionar aos seus usuários. Aquele tempo fica para a história.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury).

Mantendo a tradição desta Casa, de conceder a palavra às classes de todos os setores da vida paranaense, concedemos a palavra ao Senhor Ágide Meneguette.

O SR. ÁGIDE MENEGUETTE

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores produtores rurais, dirigentes sindicais do Paraná, meus senhores, minhas senhoras, imprensa, rádio o TV.

(Lê):

"A posição da FAEP frente as invasões permanece inalterada: a Federação é a favor da legalidade. Por isso lamenta que as autoridades policiais assistam impassíveis ao aumento das invasões, que tem nítido sentido político.

Esse aumento de invasões é resultado do que a FAEP vem denunciado há anos: a impunidade.

O Poder Judiciário cumpre bem o seu papel expedindo os mandados de reintegração de posse, que não são cumpridos pelas autoridades estaduais.

Enquanto essa situação persistir, as invasões vão continuar.

O que os governos do Estado e da União devem ter em conta é que o Movimento dos Sem Terra está debochando da autoridade, numa demonstração de desrespeito a toda a sociedade.

O que a revista 'Veja' mostrou em seu último número em reportagem de capa é o que a FAEP vem mostrando em seus relatórios nos últimos 6 anos.

Não há, portanto, novidade. Apenas que a impunidade aumentou a audácia e o banditismo desse movimento.

Quando alguns fazendeiros, desesperados pela falta de proteção, tomam armas, eu até compreendo, embora não apoie, porque eles também não estão cumprindo a lei usando a violência.

Mas eu me pergunto: onde a violência de um grupo de bandidos não é coibida, não será legítima a reação?

Esta situação de intranquilidade só terminará no momento em que o Estado, usando a força se for necessário, impor o respeito à Lei.

Se esta situação persistir talvez descambe para uma tragédia. E a culpa será de quem não tomou as providências devidas no momento certo. A omissão é a pior das políticas."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao ex-Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO

Senhor Presidente desta Casa de Leis, Senhores Deputados, Senhores proprietários rurais, prezados presidentes de entidades classistas que aqui estão representando aqueles que ficaram em sua terra trabalhando.

Porque esta classe produtora não tem tempo para ficar fazendo marchas a Palácios de Governo para reivindicar aquilo que lhe é justo, pois os mesmos têm seus afazeres. Quando não estão preparando a terra, estão plantando; quando não estão plantando estão cultivando, quando não é o cultivo é a colheita, para gerar recursos ao Governo do Estado, gerar recursos para que o Estado possa caminhar, gerar recursos para que continue a engrenagem do Governo a manter e a fazer com que não só a agricultura, mas a indústria e o comércio possam andar no mesmo trilho.

E hoje, o que estamos fazendo aqui, Senhores Deputados, Senhor Presidente? Estas pessoas que aqui representam a classe produtiva do Estado do Paraná, não vêm clamar por emprego, não vêm clamar por dinheiro do Governo do Estado, vêm como último recurso a esta Casa de Leis implorar aos Senhores Deputados, que os representam nesta Casa, implorar dos Senhores, sejam governistas ou não, para que tenhamos os nossos direitos constitucionais garantidos, para podermos continuar num estado de paz e harmonia, para que o campo possa continuar produzindo, e para que ele não feche suas portas.

É por isso, que aqui hoje estamos, Senhores Deputados, como último recurso, pedindo a esta Casa de Leis, para que interfira junto ao Poder Executivo, para que os nossos direitos constitucionais, que é a mínima coisa que o Estado, o Governo pode fazer por nós, sejam respeitados.

Até parece que estamos vivendo em dias de anomia, dias onde, no Estado não existem leis, não existe ordem, e não gostaria de ver o meu Estado do Paraná brilhar nas tribunas dos jornais, como um Estado líder de invasões de terras do Brasil.

Precisamos fazer reforma, sim, Senhores Deputados, Senhores Deputados do PT, os quais também respeito muito. Precisamos fazer reforma agrária neste País, mas não da maneira que está sendo feita, não dentro da desordem que está sendo construída uma reforma agrária. Terras, temos de sobra, não precisamos tomá-las de ninguém. O Governo tem terras de sobra, e tem muita gente querendo vender terra ao Governo, mas tem medo de oferecer ao mesmo, porque ao mesmo tempo que ele oferece sua terra, no dia seguinte ela é invadida.

Por isso, Senhores Deputados, gostaria - e nós produtores rurais do Estado do Paraná, que não temos vergonha de dizer que somos fazendeiros e somos agricultores - queremos dizer aos senhores

que aqui estão - gostaria que toda a Assembléia estivesse reunida para poder nos ouvir, mas sejam os senhores os portadores daqueles que estão hoje ausentes - que nós produtores, os eleitores do Paraná que produzem alimentos a este Estado e a este Brasil, pedimos, pela última vez, para que volte a reinar a paz em nosso Estado, para que a lei seja cumprida, pois vem sendo descumprida neste nosso governo.

Não quero ser aqui um crítico ao Governo do Paraná. Sou crítico aos descumprimentos das leis, sim; não sou crítico quando traz empresas multinacionais ao nosso Estado, para gerarem empregos. Temos que aplaudir-lo! Mas, sou crítico, sim, quando vejo as leis do nosso Estado, vejo as leis da nossa Constituição serem feridas. É essa a reivindicação que faço aos Senhores Deputados!

Senhor Presidente, pela última vez, não existe mais recurso superior para irmos, a não ser esta Casa de Leis, vir aos senhores, exigir dos senhores para que exijam do Poder Executivo o cumprimento das leis.

Não queremos ver fazendas saqueadas, que são invadidas e o seu gado é morto - se fosse uma ou duas cabeças, para matar a fome, mas são centenas e centenas de cabeças de gado. Não queremos mais ver essa guerra no campo! Queremos ver a paz no campo! Queremos conviver em harmonia com todos os partidos políticos. Queremos viver em harmonia com os nossos familiares! Queremos viver em harmonia com o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Tenho que me ausentar da Casa por alguns minutos, para uma consulta médica aqui no consultório médico desta Casa. Mas, tenham certeza, senhores despachantes, que a minha "cara" é uma só. Votarei hoje o projeto dos senhores, que é em primeira votação. Teremos ainda a segunda votação, que é a mais importante. E saibam os senhores que enquanto eu tiver a "cara" limpa, votarei com os senhores hoje, amanhã e sempre. Contem comigo!

(Aplausos)

Relembrando, antes, do cretino, imbecil, idiota assassinato do Presidente Kennedy, numa de suas andanças, numa de suas cavalgadas, num dos seus pronunciamentos no velho oeste americano, não diria o velho oeste, mas sim a Califórnia, onde o verde sempre é mais verde. Sempre sonhei com

uma Califórnia no Paraná, o campo cheirando, a agricultura florescendo e o respeito imperando.

E Kennedy, num dos seus pronunciamentos, num dos seus lançamentos, num programa para a agricultura da Califórnia, que o Alborghetti sonha, dizia: "toda criança que brinca de boneca ou de bola, toda criança que brinca de bola ou de boneca, todo o homem que tem direito ao trabalho, ilumina a esperança daqueles que têm fé no ideal e nos destinos de uma nação".

O que queria dizer Kennedy? Kennedy queria dizer que para se conseguir este ideal, o homem, a mulher, a criança, o jovem tem que ter emprego, salário, casa, saúde, educação e uma agricultura forte.

Caminhando para um outro Presidente da República, Thomas Jefferson, num dos seus pronunciamentos, dizia que quando houver a ausência da lei, quando houver a ausência da justiça, impera a anarquia, o desmando, a violência. Se você destruir o campo, a cidade morre. Se você destruir a cidade e preservar o campo, a cidade renascerá. O campo tem que ser respeitado, os agricultores, quer na capina do café ou na apanha do algodão, tem que ter um mínimo de respeito, e além do respeito, um mínimo e dignidade.

A cidade dorme, mas o campo está sempre acordado e vigilante. Por que, senhores agricultores? Porque a cidade não come edifícios, a cidade não come asfalto, a cidade come a agricultura. Sem o respeito ao campo e ao agricultor, nenhuma cidade sobreviverá, não só no Paraná, no País e no mundo. Para a cidade não morrer, temos que respeitar o campo, porque o campo faz parte do Hino Nacional, o campo faz parte da bandeira do Brasil e aquele que desrespeita o campo, está rasgando o Hino Nacional e está rasgando a bandeira do Brasil.

Vamos fazer uma reforma agrária? Vamos. Mas dentro da lei, dentro da ordem, dentro da dignidade, não da palhaçada. Respeito o Movimento Sem Terra, aqueles que não têm celular, aqueles que não andam de avião, aqueles que não comem caviar. Respeito o Movimento Sem Terra, aqueles que realmente precisam da terra para plantar, para produzir, para florir, para sustentar a cidade. Não aos anarquistas, não àqueles que querem desrespeitar a justiça, querem desrespeitar a lei.

Repito, senhores, repito, sem medo: a minha cara é limpa e não devo a vagabundo nenhum neste Estado e neste País. O Governo Federal tem que acordar e fazer uma reforma agrária decente, humana, e não é invadindo propriedades alheias que vamos ter reforma agrária neste País, não é invadindo casas, não é transgredindo os valores morais das nossas famílias que vamos ter reforma agrária neste País. Respeitem o campo. O campo é o Hino Nacional, o campo é a bandeira do Brasil.

Quem desrespeita a agricultura deste País, está rasgando o Hino Nacional e rasgando a bandeira do Brasil.

Não tenho medo e não terei medo de qualquer debate, porque a minha cara é limpa e o meu nome é Deputado Alborghetti, para ganhar ou perder. Respeitem o campo, respeitem a agricultura do meu País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Horário das Lideranças.

PMDB.

(Declina)

PDT.

(Declina)

PSDB. Com a palavra, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Presidente da Federação da Agricultura e seus Diretores, caravana que vem do interior, com certeza ansiosa e preocupada com a situação que se encontra hoje o campo.

Esta Casa, como já disse bem o Alborghetti, como já disse aqui o nosso ex-Deputado e sempre Deputado Eduardo Baggio, é solidária com aqueles que querem produzir, com aqueles que querem fazer da terra o elemento econômico produtivo para a sociedade.

Creio que entre os Deputados, e é consenso na sociedade, que não temos ninguém contra a reforma agrária, mas temos, sim, contrários àqueles que querem fazer do campo um espaço ideológico, um espaço para campanhas políticas, campanhas que não servem à produção e à sociedade brasileira. Por isso, pode ter certeza, o setor produtivo do nosso campo tem nesta Casa o respaldo necessário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, uso o espaço da Liderança do PSDB para comunicar à Casa que o PSDB, Partido Social da Democracia Brasileira, ajuizou há questão de uns dias atrás, uma representação contra a propaganda massiva que o Governo Lerner vem adotando para divulgar seus programas, suas obras, vinculando muito mais à pessoa do que aquilo que preceitua a Constituição, que é a de divulgação na informação e na orientação.

O nosso Dr. Valter Ressel produziu uma peça jurídica - permita-me, Senhor Presidente, lê-la, porque não quero tomar o tempo, quero fazer dentro do espaço, e ela diz o seguinte:

(Lê):

"A nova Lei 9.504, já sintonizada com a novidade da reeleição, também no Executivo, trouxe no seu artigo 96, mais um procedimento judicial, agora

mais célere, sumariíssimo, com prazos mais exíguos e sem espaço para dilação probatória em audiências para apreciação das reclamações ou representações contras as ofensas e as suas normas relativas à propaganda eleitoral, de condutas, agora vedadas aos agentes públicos em época de campanha eleitoral, ditando as respectivas sanções".

Para, em seguida, num trecho da sua decisão:

"A divulgação das obras e dos atos da administração pública, no maior das vezes, não necessita de slogans e lances de marketing para atingir o seu fim educativo, informativo ou orientativo. Não me refiro aqui, por exemplo, às campanhas de vacinação, chamadas escolares, alertas para prevenção de doenças, acidentes ou preservação do meio ambiente.

Quando se destacam e se acentuam slogans com matiz de marketing, como "Paraná em transformação", "A transformação que a gente faz", "A transformação que a gente vê", "O Ministério da Saúde adverte: O Paraná faz bem à saúde", "Paraná, aqui o futuro é real", a mensagem que se pretende transmitir, e que se transmite, não é meramente de divulgação (ou de prestação de contas, como procuram se desculpar e se explicar) de um ato ou obra da administração pública, mas sim a de associação à pessoa do administrador, promovendo-o e elevando-o no plano pessoal também, com a mente voltada para o futuro, o seu futuro político. Quanto mais ainda em período pré-eleitoral, como o presente, em que se experimenta a reeleição também no plano executivo.

E, no caso do nosso Estado, é do conhecimento público que o Governador Jaime Lerner, primeiro representado, almeja reeleger-se. E não é demais reconhecer que reúne chances para tanto, como administrador criativo e talentoso que é, como reconhecido até além fronteiras. Bem por isso, confesso, não me é fácil compreender a razão de tanto marketing promocional.

Gastam-se somas milionárias em publicidade dita institucional, de necessidade muitas vezes duvidosa, ainda mais quando se sabe, porque não há governante que não o diga, que sempre há carência de recursos financeiros para o atendimento de outras necessidades muito mais permanentes, isso é indiscutível, na área da saúde, da educação escolar, da moradia, da segurança, e assim por diante, necessidades essas encartadas na Lei Maior como direitos fundamentais do cidadão.

A publicidade institucional não está posta na Constituição como direito fundamental do cidadão. No entanto, pelo elevado volume de dinheiro público que se gasta com ela, mesmo em momentos em que o Estado se diz em crise financeira, tem-se a impressão, muitas vezes, que governantes equivocam-se na compreensão das necessidades humanas

e pensam, por exemplo, que é mais importante e mais necessário para o homem, ver ou ouvir propaganda das obras do Governo do que matar a fome e preservar a saúde."

Para não se tomar mais tempo, apenas ficarei nas decisões. Após fazer estas e outras considerações o meritíssimo Juiz diz:

(Lê):

"3) Acolher o pedido da letra b e parte da g, para determinar, como de fato determino, a exclusão dos slogans referidos ("Paraná em transformação", "A transformação que a gente faz", "A transformação que a gente vê", "O Ministério da Saúde adverte: O Paraná faz bem à saúde" e "Governo do Estado do Paraná, aqui o futuro é real") da publicidade institucional em curso da administração direta do Estado do Paraná, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como proibir, como de fato proibio, a utilização dos mesmos na publicidade futura, até o final das eleições deste ano, tudo sob pena de multa no valor de 30.000 (trinta mil) UFIR, exigível do responsável e beneficiário dessa propaganda eleitoral indireta, qual seja o representado Sr. Jaime Lerner, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis pelo descumprimento.

4) Acolher, em parte, o pedido da letra "d", para determinar, como de fato determino, aos representados, Sr. Jaime Lerner e Estado do Paraná, que apresentem, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da intimação desta sentença, planilha informando: a) os valores gastos, ano a ano, em publicidade institucional, no período de 1995 a 1997, e a média anual desse período; b) os valores já dispendidos e os valores programados para serem gastos para os mesmos fins, neste ano de 1998, tudo sob pena de multa no valor de 20.000 (vinte mil) UFIR, exigível do responsável maior, qual seja o representado Jaime Lerner, sem prejuízo de outras penalidades pelo descumprimento."

Srs. Deputados, Sra. Deputada, convidados que hoje têm assento à Tribuna de honra e ao Plenário desta Casa.

Por várias vezes, Deputados que formam a Bancada de Oposição, encaminharam pedidos de informação, porque o que se gasta de propaganda no Estado do Paraná é um verdadeiro absurdo. Gastou-se em 1995, 100 milhões com saúde, e o Governo do Paraná gastou 106 milhões com propaganda. E este ano de 1997 não foi diferente, gastamos aproximadamente 126 milhões com propaganda e não chegou ao limite dos 100 milhões.

Para esta situação, reconhecemos o Estado do Paraná como um Estado de crise, como todo o Brasil, no aspecto financeiro. Mas a propaganda é extremamente demasiada e violenta o direito de cada um de poder simplesmente ser informado.

Por isso, Sr. Presidente, o PSDB, na pessoa do Presidente, Sr. Oliver Gabardo que aqui se faz presente, e através desse Deputado anuncia a decisão ao Plenário. Esperamos que o recurso, com certeza, irá ao pleno. Também iremos com o recurso ao pleno que não foi acatado quanto à Folha do Município de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier, do PT.

O SR. FLORISVALDO FIER

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, srs. convidados.

Em 1964 eu tinha 13 anos de idade. Naquela ocasião, houve o golpe militar, e meu pai pequeno proprietário rural, ia ele e seus filhos para a igreja. Iamos rezar para que não tivesse a reforma agrária no nosso País. Ele com medo de perder a terra. Anos depois, chegamos à conclusão que rezávamos para o Santo errado. Rezávamos para que os comunistas não tomassem a nossa terra.

Meu pai tornou-se um sem terra porque perdeu para os banqueiros!

Quantos pequenos agricultores perderem sua terra para os banqueiros? Quantos passam fome ou andam pelas ruas da nossa cidade à cata de papel, procurando comida na casa alheia? E alguns, como meu pai, não passou fome, porque alguns dos filhos conseguiram fazer faculdade, no caso, o filho mais velho.

Quantos estão hoje na fila da Previdência para tentar buscar os míseros 120 reais, para não passar fome? Queremos dizer que nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o PT, somos favoráveis à reforma agrária. Que defendemos todo e qualquer movimento, como MST, que luta pela Terra. E o Estado Brasileiro, que deveria atender às necessidades da população não tem feito. O Estado Brasileiro, que deveria ser ágil no cumprimento de todas as leis porque reza a Constituição: Que o cidadão tem direito a vida digna, tem direito a saúde e a educação. Tem direito aquilo que o Estado não lhe dá, ou como disseram outro dia em Brasília que o povo brasileiro tem necessidade e o Senador Eduardo Suplicy respondeu que o povo brasileiro não tem necessidade. O povo brasileiro tem direito, necessidade quem tem é a girafa. Necessidade quem tem são os animais. Os homens têm direitos e esses direitos não são cumpridos na Constituição. No nordeste brasileiro milhares de pessoas passam fome. Como pediatra trabalhei até recentemente nos postos de saúde de Curitiba constatei que, 33% das famílias que frequentam os centros de saúde da capital modelo do País têm seus filhos desnutridos.

A solução da fome passa pela solução da terra, passa pela reforma agrária. O MST que hoje no nosso País luta pela reforma agrária e ela só tem ocorrido graças ao movimento sem terra. Se, ele não existisse, e sabemos como é esse País, sem luta se definha, e morre. E, muitos do MST morreram lutando por balas assassinas de policiais e de bandidos a serviço de fazendeiros nesse nosso País. E até hoje, poucos foram os condenados por essas mortes. Nós do PT defendemos: viva a vida, porque a vida merece ser vivida. Entre a vida e a propriedade o Partido dos Trabalhadores se coloca em defesa da vida. Para ter vida e não fome, reforma agrária já.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, representantes ligados ao meio rural.

Preocupa-me muito o que tenho visto no nosso País nestes últimos meses.

Preocupa-me, porque tenho visto no interior do Brasil e, em especial, no interior do Estado do Paraná, ações do Movimento Sem Terra lideradas por pessoas que têm ideologias políticas, lado político e uma bandeira política. Forçando, organizando e estruturando ações de invasões em áreas produtivas. Áreas onde produtores paranaenses e de outros Estados dela vivem, dela tiram o seu sustento para poder dali sobreviver com a sua família. Para poder dali dar sustentação aos seus filhos e que eles possam freqüentar os bancos escolares e, a partir disso, ter um encaminhamento, se não na propriedade, ocupando um espaço nesse mercado de trabalho nas grandes cidades.

Quando vejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essas ações de invasões nas áreas produtivas, vejo algo normal e natural, que é o proprietário que da terra vive, defender a sua propriedade, defender aquele pedaço de terra que ele vive e alimenta a sua família. Tenho visto inúmeros confrontos daqueles que necessitam e são liderados por pessoas para ocuparem áreas e daqueles que querem o seu pedaço de terra para continuar vivendo.

Sabemos que a vida no campo está muito difícil, a falta de tecnologia e de estrutura e de ação, dos órgãos competentes para dar estrutura aos pequenos produtores e suas propriedades fazem com que eles se desliguem da suas terras muitas vezes perdendo seus imóveis e suas propriedades para entidades financeiras da qual eles não conseguem pagar tirando dali a sua produção em cima disso vejo que existe uma falta de ação do Governo Federal para

poder dar uma condição melhor de produção a todos estes pequenos agricultores.

Mas não posso aceitar de ver como está sendo conduzido este processo, que está realmente criando uma guerra no campo donde os produtores que da terra vivem, que da sua propriedade tiram a sua produção para sobreviver sendo afrontados por pessoas que não cumprem a lei. Tenho certeza que da maneira que continua a tendência, principalmente conforme vem se aproximando as eleições desse ano, a tendência é aumentar ainda mais as ações desse movimento sem-terra que na minha maneira de ver, de pensar e de analisar, vem usando desse movimento para fazer e marcar uma posição política contra aqueles que governam o nosso País nos dias de hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nesse momento onde temos que refletir, juntamente com os produtores rurais de todo o Estado do Paraná, não só da Região Noroeste, ainda faço a menção ao produtor Ágide Meneguette, um dos maiores produtores do Estado, que vem em nome da Associação dos Produtores do Estado, juntamente com os demais agricultores que aqui se fazem presentes, juntamente com a maioria dos Deputados que aqui estão, não falar pela sua propriedade, não falar pela sua produção, mas falar pela dignidade da democracia do nosso Estado.

Nós que representamos a Região Noroeste, principalmente a região de maior conflito do Estado do Paraná, partindo de Querência do Norte, vindo às divisas de Maringá, sabemos da preocupação constante dos produtores, não só na questão da sua própria propriedade, mas do bem-estar familiar, da dignidade da sua produção e, hoje, temos que fazer ecoar muito mais isso, Deputado Plauto Miró, junto com o Deputado Rossoni, junto com o próprio Governador Jaime Lerner que tem nos dado força na área da agricultura para incentivar projetos, como o "Paraná Doze Meses" e outros projetos que auxiliam a agricultura. Só que esse "pingue-pongue" de responsabilidade da democracia do Governo Federal, que hoje puxo à responsabilidade do INCRA, que não tem dado dignidade a nenhum Deputado Federal, a não ser ao Deputado Abelardo Lupion, que é um ruralista convicto, que está junto conosco tentando mostrar ao Brasil e ao mundo, que os produtores do Paraná, principalmente, são produtores que respeitam a sua propriedade.

Quando vejo amigos nossos de Colorado, o pai do Prefeito de Colorado, que há 40 anos produz na sua propriedade, duas gerações sendo expulsos de sua propriedade, de 100 alqueires, não podendo

voltar a sua casa, não podendo sequer tirar o leite das suas vacas, levar a desmoralização da sua família a ter que pedir ajuda e implorar ao INCRA para ser desapropriado. Porque uma pessoa de mais de 75 anos de idade, pai de um Prefeito que prega à sociedade dignidade e ajuda ao povo, vai enfrentar os sem terras? De forma nenhuma! Fui junto com o Prefeito Setti e falei: "José Alencar, se você precisar de ajuda para tirar esses invasores da terra do seu pai, estarei junto."

Naquele momento, Senhor Presidente, senti que o INCRA, acima de tudo, está jogando a responsabilidade para os Governos Estaduais, está fazendo este "pingue-pongue" da responsabilidade, que eu queria passar às Prefeituras Municipais um cadastramento dos verdadeiros agricultores, das pessoas que têm raízes na terra e não especuladores políticos que estão se aproveitando. No momento estamos a cinco meses das eleições e eles estão aproveitando para promover discórdia, invasões, inclusive no Banco do Estado.

Há duas semanas estivemos no Pontal do Tigre. Estive lá junto com o Prefeito de Querência do Norte verificando a questão dos produtores que lá estão há mais de dez anos, na Fazenda Atala, reduziram a produção de 400 mil sacos de arroz por ano para 30 mil sacos por ano, e continuam dizendo que são produtores! E nesse sentido, sinto também como produtor que sou, pela dificuldade que tenho de pagar os meus funcionários da fazenda com a minha produção, sei o quanto vocês estão sofrendo. E tenho feito eco pela televisão, também.

Ontem quando da morte, agora, de um produtor em Colorado, onde um segurança da Prefeitura foi obrigado, Presidente, a intervir e a expulsar os sem terra que, num movimento político, repito, invadiu uma propriedade ao lado da cidade de Colorado, onde há cinco anos atrás eu não tinha condições sequer de comprar um alqueire lá, porque valia R\$10.000,00 o alqueire. E hoje compro por R\$2.500,00 o alqueire de terra em Colorado, e não tem quem compre, porque simplesmente não há coragem do produtor comprar terra para produzir. Porque ele pode comprar e não sabe se vai poder arrancar a sua produção. Senão será até a última vez que entrará na sua propriedade.

Agradeço o aparte, Deputado Plauto, e saiba que vamos estar juntos, não contra o movimento real dos sem terra, que é o movimento dos agricultores. Mas contra o movimento dos especuladores políticos que estão invadindo propriedades produtivas. Impulsionando o Estado a perder a credibilidade nacional por questões intimamente de foro político.

Estamos juntos, Eduardo Baggio e Ágide. E fiz agora um requerimento para que o Superintendente do INCRA venha se apresentar, aqui, à Assembléia.

Porque quando do primeiro na televisão coloquei a dona Maria de Oliveira e perguntei quanto estava reservado para desapropriação em nosso Estado? Ela já tinha afirmado que 40 milhões de reais teriam sido gastos só na Fazenda Giacomet Marodin. Sendo que não conseguimos 40 milhões para financiar os nossos mais de 100 mil produtores do nosso Estado. Não conseguimos!

Pode ter certeza que este movimento está ecoando agora. Porque se houver alguma responsabilidade, terá que ser dada ao INCRA, não só ao Governo do Estado. Porque a reintegração de posse é dada com violência, e eles estão querendo, eles querem a violência. Tomara que em nosso Estado não haja isso, porque estarei ao lado dos fazendeiros!

Obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Quero deixar bem claro que todos nós Deputados Estaduais que compõem esta nossa bancada e Deputados de bem desta Casa são a favor da reforma agrária. Somos todos os parlamentares a favor da reforma agrária. Mas, em terras improdutivas e sem baderna. É isso que não aceitamos no interior do Estado do Paraná.

Com aparte o Deputado Hidekazu Takayama.

O Sr. Hidekazu Takayama

Obrigado, companheiro Plauto, por sua brilhante explanação e não poderia me omitir neste momento, como filho de lavradores, nasci nesta terra no Norte do Paraná e venho acompanhando todos esses anos o nosso Estado como um Estado ordeiro, de paz, construído por pessoas, por famílias que querem o bem e que, nesses últimos anos, somos de uma forma massacrante, tomados pela violência, por ações que percebemos claramente, são ações políticas, para tentar desestabilizar este Estado e esta Nação.

E percebemos que são questões políticas, porque eles usam o jogo da confusão.

Por exemplo: todos sabemos que a sociedade brasileira é amplamente favorável à reforma agrária. Mais de 92% de nossa população quer a reforma agrária, mas eles confundem, dizendo que 92% estão a favor da invasão. Isto não é verdade. Mais de 74% desta população é contra as invasões, companheiro Plauto Miró.

E aí, perguntamos: quem é que vale mais? Se colocam como vítimas, dizendo que um sem terra foi morto. E pergunto à Oposição, e àqueles que defendem o Movimento Sem-Terra: quem é que vale mais, um sem-terra, um produtor que morre, um soldado? Todas as vidas, qualquer vida é valiosa. Mas querem deturpar, querem trazer a desestabilidade à Nação, invadindo muitas vezes terras

que são reservas florestais, e que já sabemos, acabam apenas desmatando estas florestas, para vender a maneira para ir para outros lugares, continuando a criar essas badernas na Nação brasileira.

Por isso, quero me somar ao discurso de Vossa Excelência e dizer que como cidadão do Paraná, como cidadão comum, como filho de lavradores, nascido desta terra, sou totalmente contrário a essas invasões, e fico aqui ao lado daqueles que querem produzir, honesta e ordeiramente, trazendo o crescimento do nosso Estado, e não desses baderneiros que querem trazer dificuldades à Nação.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Plauto Miró, quando chegamos a esta Casa, no anos de 1990, a grande maioria dos Deputados devem lembrar, aqueles que estão aqui por dois mandatos no mínimo, lembro que quando se falava na questão polêmica da reforma agrária, lembro bem que nesta Casa havia uma divisão, uma clara divisão, daqueles que eram favoráveis à reforma agrária, e logicamente daqueles que se opunham. E acredito que o maior avanço que o MST, e todos aqueles que defendem a reforma agrária, tiveram nos últimos anos, foi de conscientizar a sociedade paranaense, a sociedade brasileira da necessidade da reforma agrária.

Hoje, vejo Vossa Excelência que é Líder do PFL, e tenho certeza absoluta de que todos os Deputados desta Casa, independente de partido político, são favoráveis a reforma agrária. Aí, acho que foi a grande conquista do MST.

Mas, em contrapartida, nos últimos meses, nos últimos anos, vem perdendo credibilidade no momento em que descumpra a lei, invade propriedades produtivas, no momento em que saqueiam algumas propriedades, como fatos que ocorreram, principalmente na minha região, na região de Guarapuava, na região centro-Oeste do Paraná. No momento em que não respeitam a autoridade constituída, nem Polícia Militar, Polícia Civil.

Na nossa região também houve alguns episódios em que a polícia foi presa por aqueles que se dizem do Movimento Sem-Terra. Enfim, toda essa conquista perante a sociedade brasileira, está sendo perdida por ações desta natureza.

Acredito que todos nós, e falo como produtor rural, tenho mais cinco irmãos, e todos vivemos do trabalho junto a agricultura e a pecuária, todos realmente queremos que os direitos sejam exercidos no País. Queremos que todas as pessoas respeitem também e tenham direito à propriedade, porque independente do tamanho da propriedade rural, se a pessoa é proprietária é porque ela comprou, ela adquiriu, ela não roubou de ninguém essa propriedade.

E sempre tenho dito que existem outras formas de se fazer reforma agrária. O Governo poderia simplesmente comprar áreas e distribuir e assentar pessoas. Estamos vendo aí o pequeno proprietário desestimulado, abandonando suas propriedades, entrando na fila dos sem-terra, porque realmente os governos não estão dando assistência necessária aos produtores rurais.

E quero aqui, não querendo me alongar, Deputado Plauto, sei, acompanho o seu trabalho como defensor, como vários outros Deputados, defensor da agricultura, da pecuária, da propriedade rural, nesta Casa. Quero apenas terminar este meu aparte, discordando do Deputado Baggio, quando ele diz que aquelas pessoas que estão nesta Casa não tem tempo para se organizarem, não têm tempo para defenderem as suas propriedades, não têm tempo para defenderem as suas idéias.

Enquanto nós produtores rurais dizemos que não gostamos de política, que não queremos nos envolver com a política, quando nós Deputados, muitas vezes, vamos a reuniões com pequenos proprietários, com proprietários rurais e pedimos o seu apoio. Quantas vezes, Plauto, você ouviu, como também ouvi, os proprietários rurais dizerem que não querem envolvimento com política, mas enquanto deixamos de ter maior representação nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas, na Câmara Federal, os sem-terra, legitimamente, estão aumentando a sua representatividade.

Então, Baggio, precisamos dedicar mais, todos nós proprietários, dedicar mais do nosso tempo para defender aquilo que é de direito, que é a produção, que é a propriedade rural daqueles que realmente querem trabalhar e produzir riquezas para o nosso País.

(Aplausos)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Muito obrigado, Deputado!

Concedo um aparte ao Deputado Nelson Tureck.

O Sr. Nelson Tureck

Quero aqui, neste momento, também fazer o meu pronunciamento, nobre Deputado Plauto, em favor daqueles que produzem e geram empregos, em favor daqueles que distribuem a riqueza para este País em favor daqueles que construíram este Brasil, que o Brasil em 1964 nem televisão existia, não existia industrialização, e hoje nós vemos um Brasil forte por causa da nossa agricultura. É por isso, que como Deputado Estadual que representa a Região de Campo Mourão, quero aqui me solidarizar com o Meneguetti, com o Baggio, com o empresário e fazendeiro que está aqui, de uma família tradicional de Campo Mourão, que é o Nelson

Theodoro de Oliveira, e dizer uma coisa: precisamos com toda a garra e com toda a firmeza defender aqueles que produzem, aqueles que querem fazer o crescimento e o fortalecimento deste País, porque só pagamos dívidas deste País, não com dinheiro nosso, mas com o dinheiro da produção da nossa agricultura, pelo déficit e o superávit.

Portanto, o que não podemos admitir e aceitar é que se jogue politicagem naqueles que invadem fazendas, que produzem, principalmente na nossa região, onde tivemos um exemplo de uma fazenda em Mamborê, em Nova Cantu, Altamira, principalmente no Município de Nova Cantu onde uma pessoa arrendou 100 alqueires de terra e ela foi invadida e incentivada por jagunços que andavam com revólver e armas de grande porte nas suas cintas, foram presos e depois ainda dizendo que a polícia que estava errada. Quem está errado são aqueles que incentivam, aqueles que instigam.

Portanto, neste momento, quero aqui dizer: não somos contra aqueles que precisam de terras, mas desde que façam organizadamente, que façam formalmente e não informalmente em regime de violência para denegrir, muitas vezes, a imagem do Governo do Paraná, o nosso Governador que já incentivou aí mais de 230 Vilas Rurais no Estado do Paraná, dando aí praticamente a 10 mil famílias abrigo.

O que precisamos é que o Governo, através do INCRA, agilize aí a compra desses terrenos para que possamos assentar mais famílias. Mas, não aceitamos que politicagem invada aqueles que produzem e que amam esta bandeira verde e amarela deste País.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Muito obrigado, Deputado Turecki!

Concedo um Aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch

Deputado Plauto e Deputados desta sessão, em especial o Ágide Meneguetti, o Deputado Baggio:

Na verdade, a reforma agrária, a fome, a seca e tantas outras questões que envolvem o País, hoje, são as donas de todas as notícias que aparecem nas televisões, nos jornais, nas rádios, em tudo.

Já nos manifestamos por diversas vezes na Assembléia sobre a Reforma Agrária. Acho que todos os Deputados e todo ser, e todo político, todo homem, cada cidadão é favorável a Reforma Agrária, desde que esta Reforma Agrária seja realizada dentro dos parâmetros legais. Temos os direitos e temos os deveres. Os meus direitos terminam onde começam os direitos do próximo, do outro. Deve-

mos entender que existe a necessidade de fazer uma Reforma Agrária, aliás, Reforma Agrária já implantada no nosso País. Não tenho os números, mas saiu esta semana na revista Veja e no domingo, na Folha de São Paulo e no Estadão, os números dos milhares de alqueires que já foram desapropriados pelo atual Governo. Fernando Henrique Cardoso, no seu Governo, tem assentado mais gente, tem feito a maior Reforma Agrária, em relação a todos os Presidentes do nosso País. Então, é inconcebível admitir que venham dizer que o Governo não está fazendo Reforma Agrária, uma Reforma Agrária dentro da legalidade.

Não posso admitir, Deputado Plauto e Deputado Baggio, o que aconteceu com a Fazenda Mitacoré. Fazenda modelo no Brasil, na minha Região, no Oeste do Paraná, situada no Município de São Miguel do Iguaçu, perto de Foz do Iguaçu, fazenda modelo do Brasil, fazenda onde os agricultores, sindicalistas, empresários e todos os segmentos da sociedade foram copiar aquilo que foi instituído nesta fazenda. De vários lugares do mundo vieram para a Fazenda Mitacoré. Hoje a Fazenda Mitacoré está tomada pelos sem terra. Que lei é esta? Onde está o nosso direito? Independente de quem seja a fazenda, seja de banco ou não, mas existe o direito da propriedade e este tem que ser respeitado.

Por isso, Deputado Plauto e todos Deputados, somos a favor, PFL e todos os partidos, somos a favor da Reforma Agrária, mas uma Reforma Agrária onde se respeite acima de tudo o direito à propriedade das pessoas e principalmente das terras produtivas do nosso País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O tempo de Vossa Excelência está encerrado. Os apartes tomaram todo o seu tempo que está superado por muitos minutos.

O Deputado Horácio Rodrigues cede o tempo do PL.

O Sr. Nelson Garcia

Não gostaria de fazer um discurso, quero falar pouco. Gostaria de dizer que estive na Cidade de Mariluz e fiquei envergonhado, porque o líder disse praticamente que era um mando político, por isso eles estavam fazendo a invasão. Mas o que me entristece é que ele é uma pessoa muito instruída e deveria estar aqui no meu lugar, acho que está tentando.

Mas, gostaria de dizer que o discurso é muito bom, precisamos dele, nossa Casa de Leis precisa do discurso para que aconteçam as coisas, mas, mais do que o discurso o Baggio disse bem claro: a luz está no fundo do túnel, precisamos ampará-la. Precisamos nos unir nesta Casa e fazer com que aconte-

çam as reintegrações de posse e assim fazemos com que desestimulem estas entradas no Estado do Paraná. Sem isso não adianta fazer tanto discurso. Ele é preciso, mas precisa também ação.

Muito obrigado.

O Sr. Durval Amaral

Deputado Plauto, nobre Presidente Anibal Khury, meu amigo Baggio e Meneghette: acredito que o problema da Reforma Agrária e a solução da Reforma Agrária passam muito mais por uma responsabilidade do Governo Fernando Henrique Cardoso do que por qualquer outra saída e Governo poderia resolver definitivamente o problema agrário do País, evitando as invasões com uma lei que não teria mais de dois artigos, resolveria o problema da Reforma Agrária e resolveria o problema da instabilidade social gerada no País. Seria muito simples: "Artigo 1º - Será insuscetível para fins de Reforma Agrária todo o cidadão que participa de forma direta ou indiretamente de qualquer processo de invasão de terras no Território Nacional" Todo e qualquer cidadão que participasse de qualquer processo de invasão estaria automaticamente excluído da Reforma Agrária. "Parágrafo Único: Todo cidadão interessado em participar do processo de Reforma Agrária deverá se cadastrar junto ao INCRA de seu Estado onde pretenda ser assentado. Obviamente um cidadão invadiu uma terra está excluído do cadastro Nacional do INCRA para fins de Reforma Agrária. Não teríamos o conflito no campo. E por justiça o artigo 2º, onde diríamos o seguinte: "Que todos os recursos destinados ao processo de Reforma Agrária no Brasil serão, o montante dos recursos destinados para fins de Reforma Agrária no Brasil, teremos o mesmo valor, o mesmo montante de recursos destinados a uma implantação de política agrícola no Brasil; porque o que estamos vendo é que o médio e o pequeno produtor está ficando sem terra no País porque não temos linhas de créditos para financiar o verdadeiro produtor rural neste País. Então, nada mais justo do que dar terra para o sem terra, mas dar também condições para que o produtor rural possa produzir e crescer na atividade agrícola, porque hoje ele produz e infelizmente está morrendo, porque não temos linhas de crédito que facilitem a diversificação da nossa agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Muito obrigado Deputado. Quero deixar clara a minha posição, e tenho certeza que é a posição da grande maioria dos Deputados desta Casa, de que somos favoráveis à propriedade produtiva, aos proprietários que da terra vivem e nela produzem riquezas para o nosso País. Tenho certeza que a

minha posição e a posição da grande maioria desses Deputados é em defesa do proprietário rural, daquela propriedade que produz.

Muito obrigado e podem contar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Orlando Pessuti pelo PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, talvez não consiga hoje ter aqui a ênfase que teve em seu discurso o Deputado Kiêlse, o Deputado Alborghetti, não porque o assunto não seja palpitante, mas porque as condições da gripe que nos acomete nos impede de exagerar um pouco no tom da voz sob pena de perdê-la na sua totalidade.

Mas queria, inicialmente, cumprimentar os meus amigos produtores rurais que aqui estão, e os cumprimento na pessoa do Raggio, do Baggio e do Nelson Theodoro, sem sombra de dúvida lideranças expressivas dos produtores rurais do Estado do Paraná. Quero também cumprimentar aos despachantes que hoje merecem desta Casa uma atenção especial no momento em que uma Lei proposta pelo Deputado Sérgio Spada será votada, regulamentando a existência da categoria a nível de Estado do Paraná.

Gostaria de dizer o seguinte, vou mais ou menos na linha do Deputado Nelson Garcia, confesso que não sei se é com discursos inflamados, se é com muita conversa que vamos resolver isso. Acho que temos que adotar uma postura no sentido de buscar a legalidade nesse Estado e nesse País.

Tenho participado, e o Nelson Theodoro é testemunha disso, o Raggio também e o Baggio, muitas reuniões promovidas, uma delas pelo Movimento Nacional de Produtores na Cidade de Janiópolis, e tenho participado de várias reuniões de sindicatos de produtores rurais na organização das cooperativas do Paraná e associação de produtores, como a associação de produtores rurais de Jardim Alegre, cuja Diretoria encontra-se neste Plenário, e tenho participado sim também de reuniões de pequenos agricultores através da FETAEP e dos seus sindicatos, e já participei sim até de reuniões com o movimento dos trabalhadores sem-terra desse País. Não tenho uma posição extremada em favor de nenhum desses lados, tenho uma posição sempre muito firme, muito forte em favor da produção rural, em favor do produtor rural, em favor daqueles que lutaram e lutam em favor da produção agrícola nesse País. E a nossa luta aqui na Assembléia Legislativa ela sempre foi pautada na direção de que tenhamos que fazer alguma coisa em favor daqueles que cultivam, daqueles que produzem, daqueles que lavram a terra no dia-a-dia.

Foi assim quando escrevemos a Constituição do Paraná em 1989 e dedicamos capítulos desta Constituição ao setor produtivo rural. Foi assim quando propusemos, junto com outros parlamentares, a edição de uma lei agrícola estadual, dentro daquilo que disse o Deputado César Silvestri, lá estava contemplada a possibilidade da instituição de um crédito fundiário, para que as pessoas que quisessem adquirir um imóvel, desde que não o possuísem, pudessem ter acesso a mecanismos de crédito para obter a compra desse terreno, no lugar onde quisesse, com o sol nascendo na janela que ele quisesse que nascesse.

Sempre fomos favoráveis a isso, que existisse um mecanismo de financiamento para aquisição da terra por aqueles que nela quisessem trabalhar. Porque neste País existe financiamento para tudo que é tipo de coisa, existe para o veículo do viajante, para o caminhão do transportador, para o imóvel e da máquina para o industrial, mas não existe um financiamento para que um trabalhador sem-terra ou um pequeno produtor rural, que precisa ampliar a sua área, para atender a necessidade de seus filhos que cresceram e querem ser trabalhadores rurais, para esses não existe nenhuma linha de financiamento. A não ser uma que agora se anunciou, se não me engano o nome é cédula rural e que vai atender uma migalha de pessoas neste País.

É necessário que sim lutemos em favor da propriedade rural, é necessário que tenhamos juízo e cautela, tanto os produtores como aqueles que lideram o movimento sem-terra, para que não venhamos ter instalada, como se instala hoje, no Paraná e no Brasil, a guerra no campo.

Temos que ter das nossas autoridades constituídas a necessária competência, a necessária energia para impedir que este tipo de coisa aconteça. Porque talvez o tipo de coisa que mais revolta cause hoje é a invasão da propriedade. Nunca fui a favor da invasão da propriedade! Nem a invasão pelo movimento sem-terra, nem a invasão, que muitas vezes ocorreu, por fazendeiros que ocuparam áreas devolutas, é bom que se diga, também de uma forma irregular. Não sou a favor de nenhuma dessas duas alternativas, mas sou a favor sim que se cumpra a Lei, neste Estado. Que venhamos, ao cumprir a Lei, fazer com que propriedades legitimamente adquiridas, legitimamente trabalhadas e produtivas possam continuar nas mãos dos seus verdadeiros donos.

Que o direito de ir e vir não seja cerceado, mas neste Governo, infelizmente, me parece que o direito de ir e vir, não só dos produtores rurais, mas de todos os paranaenses, está ameaçado. Porque o pedágio das rodovias do nosso Estado será um cerceador do direito de ir e vir dos cidadãos paranaenses! Não podemos permitir a invasão em terras

produtivas, mas não podemos deixar também de assistir aqueles que marginalizados pelo processo agrícola desse País, encontram-se hoje, numa condição de pessoas desassistidas e desfavorecidas. O Governo está aí sim para atender a todas estas demandas, tem que estar atento aos interesses, aos interesses dos produtores rurais que, legitimamente, adquiriram e trabalham as suas propriedade. Não pode virar as costas aos desassistidos, aos marginalizados pelo processo produtivo, seja qual for a razão que ele se encontra marginalizado. Mas uma delas, tenho certeza, é a falta de uma política agrícola neste País, que não permitiu aos pequenos produtores rurais, aos filhos dos produtores rurais que tivessem a condição de continuar produzindo no meio rural. Então vamos ao cumprimento da Lei!

E, aqui no Paraná, isto cabe ao Governo do Estado! Vamos então pedir ao Governo do Estado que cumpra a sua parte, ao Governo Federal que faça a sua parte, que não vire as costas, que não seja incompetente na solução dos problemas desse País. Como foi no incêndio de Roraima, como está sendo até hoje na questão da seca do Nordeste, que desdobramentos desagradáveis posteriores tiveram, em função da incompetência do governo.

Posso dizer isso porque ao tempo do nosso Governo, o hoje Senador Roberto Requião, o ex-Governador Álvaro Dias, o ex-Governador José Richa, todos eles buscaram, com algumas falhas, é bem verdade, com alguns exageros e omissões, mas procuraram cumprir a Lei, e não permitiram que neste segmento do produtor rural, do Movimento Sem Terra, chegássemos a situação hoje de uma guerra instalada, onde pessoas desassistidas se aventuraram a pegar armas e invadirem propriedades de produtores rurais que tinham uma preocupação somente com a produção. No inverso e no reverso buscam também se armarem para defender aquilo que legitimamente conquistaram.

Se isso está acontecendo é porque alguém não está fazendo a sua parte. E quem não está fazendo a sua parte neste momento é o Governador Jaime Lerner, o Governador do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem)

Presidente, gostaria de registrar a presença em nosso meio, do Prefeito e vice-Prefeito de São Pedro do Iguaçu, todos os seus vereadores, lideranças empresariais que estão assistindo a sessão. Da mesma forma a comitiva de Terra Roxa, lá da Sociedade Rural, Senhor Prata, a sua diretoria, os vereadores que estão presentes, o ex-Prefeito, Faquim Neto.

Muito obrigado pelas suas presenças!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senhor Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, depois de ouvirmos os pronunciamentos feitos aqui nesta Casa, jamais nos furtaríamos de colocar à posição do Governador Jaime Lerner sobre algumas questões nesse momento.

É importante que se diga que apoiamos a Reforma Agrária. E vou citar números aqui - estamos atacando a causa do problema - mas queremos dizer aos Senhores que como cidadão, como Deputado e pequeno proprietário - principalmente meu pai - defendemos intransigentemente o direito de propriedade. Esta é uma questão indiscutível.

Quando ouvia aqui, início dando a resposta ao ilustre Deputado Líder do PMDB, quando ele se preocupou, em seu pronunciamento, em atribuir a culpa ao Governador Jaime Lerner. Temos que reconhecer, nesse momento, que se estamos diante de um problema social no Paraná, no Brasil, é porque estamos colhendo o fruto do descompasso de não termos uma política agrícola voltada para o pequeno, médio e grande agricultor.

Não podemos jamais esquecer que o Governador Jaime Lerner está governando esse Estado apenas há 3 anos e meio. E se esses problemas sociais existem hoje no Paraná, é porque não teve governo que executou uma política agrícola correta. Por várias oportunidades tenho feito pronunciamentos aqui. E têm pessoas nesse Estado que querem ser os donos da política agrícola paranaense. E dizem que agiram nesse Estado de uma forma que não temos mais problemas na área agrícola. Se a política agrícola que foi feita nesse Estado tivesse sido correta, não estaríamos colhendo os problemas sociais que temos hoje no campo.

Quero também citar alguns números - quando digo que o Governador Jaime Lerner está atacando a causa do problema - para conhecimento do público. O Governador Jaime Lerner, em 3 anos e meio, está assentando 17 mil famílias nas Vilas Rurais. Multiplicado por 5 pessoas são 85 mil pessoas sendo atendidas em 3 anos e meio.

No "Paraná 12 Meses", que só agora estamos conseguindo implantar no Paraná - porque era vontade do Governador já ter implantado há 2 anos atrás, mas não conseguimos, estamos nesse momento implantando. Quero citar aqui alguns números importantes, para que os agricultores presentes tenham conhecimento. Estamos reformando 22 mil casas no interior desse Estado que, multiplicado por 5 pessoas são 110 mil pessoas sendo atendidas a fundo perdido. E, na hora que reformamos a

casa daquele cidadão estamos fixando ele na terra. Dando a ele condições de dignidade.

Estamos atendendo agora diretamente através do "Paraná 12 Meses", 22 mil famílias no apoio ao manejo do solo que, multiplicado por 5 pessoas são 110 mil pessoas sendo atendidas. Estamos também atendendo e, atendemos no ano de 1997, o Governo do Paraná está se preocupando com a bóia-fria, com o pequeno agricultor. Nós, a fundo perdido, o Governo do Paraná investiu no pequeno agricultor 46 milhões de reais. Onde atendeu no plantio do café adensado 5 mil famílias que, multiplicado por cinco pessoas são 20 mil pessoas atendidas. Também incentivamos o plantio de algodão. Onde atendemos 25 mil famílias que, multiplicado por 5 pessoas são 125 mil paranaenses atendidos. Somando o total de recursos são 46 milhões de reais investidos para atender o pequeno agricultor.

Será, paranaenses, se tivéssemos tido essa mesma atitude que estamos tendo nesse momento no Paraná, teríamos esse grave problema social? Essa pergunta que deixo no ar.

Quero também aqui responder o ilustre Parlamentar, Deputado José Maria, que falou aqui lendo um despacho de um juiz ou colocando aqui a posição do seu partido.

Fico imaginando com os meus botões, se o Deputado José Maria está com o mesmo discurso do Presidente da República. Inicialmente não existe nada, em termos de divulgação, do Governo do Paraná escondido, porque está nos balanços do Estado que vem para essa Casa, para que ela fiscalize. Quando ele diz que estamos fazendo isso e não prestamos esclarecimentos. Qualquer cidadão paranaense tem o direito de ver no balanço do Estado os gastos que temos com saúde, com educação, com segurança e também com publicações e inserções feitas nos meios de comunicação. Quero convidar o Deputado José Maria, - com todo o respeito que tenho à sua pessoa, é um Deputado combativo e trabalhador, - convidá-lo para fazer uma viagem. Se ele não está vendo na televisão por acaso, as inserções do seu governo, se não me falha a memória do PSDB, o Governo Federal. As inserções do Governo Federal que só faltou pegar os carros da Renault para inserir na propaganda do Governo Federal, mas preferiu pegar da Bahia. Quero colocar aqui a nossa posição, primeiro convidar o Deputado do PSDB a fazer uma viagem ao Estado de São Paulo, para, então, ver o que está acontecendo no Estado de São Paulo. Onde esse Estado é governado pelo Governador Mário Covas, se não me falha a memória também é do PSDB.

Ora, paranaenses, a lei que serve o Estado de São Paulo não serve para o Paraná. A lei que serve para o Governo Federal também não serve para o Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando vejo o pronunciamento do ilustre Deputado, preocupa-me porque parece que estamos naquela lei que diz o seguinte: "Aonde governamos está certo, aonde não estamos governando está errado."

Ora, ou temos um pouco de coerência nos nossos pronunciamentos e nos nossos posicionamentos, ou estamos aqui simplesmente com o objetivo do que vai acontecer dia 4 de outubro, que são as eleições.

Por isso, quero deixar claro aqui perante aos agricultores, aos proprietários que estão aqui, aos despachantes, que provavelmente votaremos um projeto que está na Ordem do Dia, aos Deputados e pessoas que me ouvem: nós, do Governo Jaime Lerner, não temos nenhuma dificuldade de discutir qualquer problema, por mais grave que ele seja, como este problema social que o Brasil enfrenta hoje, da questão do sem-terra. Porque temos números e estamos atacando, sem nenhuma dúvida, a causa do problema. Entregaremos um Paraná muito melhor do que aquele que recebemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 012/97, Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria dos Deputados Joel Coimbra e outros, que objetiva modificar a redação do Art. 103, Inciso III, Alínea "P", da Constituição Estadual, e acrescentando a esse dispositivo alíneas q, r, s, t, u,

v, e x. para o fim de transferir ao Tribunal de Alçada a competência recursal para o julgamento de parte dos crimes na forma que especifica.

PROPOSIÇÃO Nº 012/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo Único - A Alínea "P", acrescidas das alíneas q, r, s, t, u, v, e x, do Inciso III, do Art. 103, da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 103 - ...

III - ...

p) os crimes contra a pessoa, excetuados os crimes dolosos contra a vida;

q) os crimes contra a propriedade imaterial;

r) os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;

s) os crimes contra os costumes;

t) os crimes contra a incolumidade pública;

u) os crimes contra a paz pública;

v) os crimes de corrupção de menores; e

x) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares."

Sala das Sessões, em 27.05.98

(aa) JOSÉ TAVARES - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação Emenda Constitucional nº 012/97, com a presença de 37 (trinta e sete) Senhores Deputados.

Aprovada por unanimidade.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/98, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - ANCIP e à Associação Beneficente Renascer - ASCER, as áreas que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Senhores Deputados que aprovam a Emenda em 2ª Discussão. **Aprovado.**

O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/97, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que denomina de "Prefeito Mieczyslaw Otto" o Posto de Saúde - Centro Social de Cruz Machado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo, a reverter ao Município de Xambrê, o imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DE C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 440/97
EMENDA DE PLENÁRIO

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a reverter ao Município de Xambrê o imóvel que especifica.

Esta Comissão já se manifestou com relação à matéria, e analisa agora a Emenda apresentada em Plenário.

Nada encontrou-se que possa impedir sua normal tramitação, portanto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

Apoio: Valmor Trentini, César Seleme, Doutor Rosinha, Toti Colaço, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Eduardo Trevisan, Edgar Bueno.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que denomina a PR-506 - Trecho Entroncamento BR-116 de "Mauri Franzaloso". COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/97, que denomina de Penitenciária Estadual "Promotor Homero Neves Arruda", a Penitenciária Estadual de Maringá - PEN. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher, no Município de Telêmaco Borba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 06.05.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 197/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher, no Município de Telêmaco Borba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a atividade de Despachante de Trânsito perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 160, de 30.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 502/97

P A R E C E R :

Assunto

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 502/97, e sua emenda substitutiva que tratam da regulamentação da atividade de Despachante de Trânsito perante o Detran-Pr.

Relatório

Trata o presente projeto da regulamentação das atividades dos despachantes de trânsito que atuam perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - Detran-PR. O Projeto original, apresentado pelo Deputado Sérgio Spada, recebeu emenda substitutiva, também de sua autoria, matérias sobre as quais versam este parecer.

No que pertine aos aspectos de constitucionalidade da proposição, nada há que possa impedir sua regular tramitação, visto seu objeto estar em conformidade com a ordem constitucional federal e estadual vigentes.

Considerando sob o o aspecto da legalidade, a matéria é atualmente normalizada através de decreto do Poder Executivo, tendo o projeto a finalidade de substituir essa regulamentação por uma lei

apropriada em face ao alcance, complexidade e relevância do tema. Assim, a proposição encontra-se adequada sob o prisma de sua legalidade.

Parecer

Posto isso, opino pela constitucionalidade e legalidade do projeto de lei e da emenda substitutiva apresentada, entendendo que ambos reúnem os requisitos jurídicos para regular tramitação.

Sala das Comissões, em 10.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 502/97

Art. 1º - O § 1º do Art. 2º passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - O despachante credenciado pode exercer suas atividades como autônomo, através de firma individual ou organizando-se em sociedade integrada exclusivamente por despachantes credenciados.

Art. 2º - O art. 4º passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º - O credenciamento de despachante será feito por ato do Diretor do DETRAN-PR, após habilitação em concurso de provas e títulos e cumprimento das formalidades previstas nesta lei.

Art. 3º - O art. 5º passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Em cada Município será credenciado um despachante de trânsito para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.

Parágrafo Único - Em Municípios com número de veículos registrados menor que o indicado no caput serão credenciados 2 (dois) despachantes, sendo que novos despachantes somente serão credenciados, após se atingir a relação estabelecida de um despachante para cada 2.000 (dois mil) veículos registrados.

Art. 4º - Fica acrescentado ao inciso I do art. 7º, alínea "f" com a seguinte redação:

f - noções de direito.

Art. 5º - O inciso II do art. 7º passa a ter a seguinte redação:

II - A nota mínima será de 70% (setenta por cento) de acertos em cada disciplina.

Art. 6º - O parágrafo único do art. 8º passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - Serão considerados habilitados os candidatos que, aprovados no concurso,

obtiverem aproveitamento no curso de 80% (oitenta por cento) do conteúdo e frequência de 100% (cem por cento) das aulas, salvo faltas justificadas por motivo de força maior.

Art. 7º - O inciso I do art. 9º passa a ter a seguinte redação:

I - prova de estabelecimento sob qualquer das formas previstas no parágrafo 1º do artigo 2º, desta lei:

Art. 8º - O § 1º do art. 10 passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - A autorização para o exercício da atividade de despachante, concedido através de credenciamento, terá caráter permanente.

Art. 9º - Fica acrescentado ao art. 10, § 2º com a seguinte redação:

§ 2º: Constitui impedimento para o credenciamento de despachante o parentesco até terceiro grau, inclusive em linha de afinidade, com funcionário do DETRAN-PR, asseguradas as situações consolidadas.

Art. 10 - A alínea "c" do art. 11, passa a ter a seguinte redação:

c) verificar a regularidade documental e a identificação de chassi do veículo a cada transferência.

Art. 11 - O § 1º do art. 11, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - O preposto indicado pelo despachante deverá ser maior de 18 (dezoito) anos, e atender aos requisitos do art. 6º, exceto as alíneas "c" e "f" bem como comprovar o vínculo empregatício através do registro na CTPS.

Art. 12 - As alíneas "b" e "e", do art. 12, passam a ter as seguintes redações:

b) manter a atividade em caráter permanente, salvo força maior ou autorização do Diretor do DETRAN-PR.

e) manter em seu escritório a tabela de taxas cobradas pelo DETRAN-PR, relativa aos serviços de sua competência.

Art. 13 - A alínea "c" do art. 13, passa a ter a seguinte redação:

c) desempenhar cargo, função ou emprego remunerado, em entidade da administração direta ou indireta, federal ou estadual, salvo se licenciado.

Art. 14 - O caput do art. 17, passa a ter a seguinte redação:

Art. 17 - Sujeitar-se-à à pena de suspensão de até 90 (noventa) dias o despachante que:

Art. 15 - Fica acrescido ao art. 17, § 2º com a seguinte redação:

§ 2º - O DETRAN-PR designará um despachante para, durante o período de suspensão, promover o andamento dos processos cometidos por clientes ao despachante suspenso.

Art. 16 - Os incisos I e III do art. 18, passam a ter as seguintes redações:

I - prática, no exercício da atividade de despachante, de ato definido como infração penal, após o trânsito em julgado da sentença ordinária;

III - condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão ou detenção superior a 2 (dois) anos.

Art. 17 - O parágrafo único do art. 19, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - Instaurado o processo administrativo, o despachante poderá ficar suspenso, previamente, por no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 18 - O caput do art. 22, passa a ter a seguinte redação.

Art. 22 - Da decisão do Diretor do DETRAN-PR, que aplicar as penas caberá recurso ao Secretário de Estado da Segurança Pública, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 19 - O § 2º do art. 22, passa a ter a seguinte redação:

§ 2º - O recurso interposto contra as penalidades de suspensão ou cassação de credencial será recebido com efeito suspensivo.

Art. 20 - O art. 23, passa a ter a seguinte redação:

Art. 23 - Da decisão de aplicar a pena de advertência caberá recurso ao Diretor do DETRAN-PR, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 21 - O art. 24, passa a ter a seguinte redação:

Art. 24 - O despachante de trânsito, a seu pedido, poderá ser transferido de município desde que haja vaga.

Sala das Comissões, em 10.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda é composta de sugestões apresentadas pela Direção do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, pelo Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná, por Deputados Estaduais, e por dezenas de despachantes a partir

de encontros regionais realizados com o intuito de discutir o projeto de lei.

Tendo em vista a emenda substitutiva proposta, o Projeto de Lei nº 502/97 passa a ter a seguinte redação:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA A EMENDA SUBSTITUTIVA PROJETO DE LEI Nº 502/97

Altera o Art. 3º com a seguinte redação:

Art. 3º - O art. 5º passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Em cada Município será credenciado um despachante de trânsito, para cada 3.000 (três mil) veículos registrados.

Parágrafo Único - Em municípios com número de veículos registrados menos que o indicado no caput, serão credenciado 2 (dois) despachantes, sendo que os novos despachantes somente serão credenciados após se atingir a relação estabelecida de um despachante para 3.000 (três mil) veículos registrados.

Sala das Comissões, em 10.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

Apoio: Eduardo Trevisan e Emerson Nerone.

Aprovado.

O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esta Casa vota hoje em primeira discussão, o Projeto de Lei nº 502/97, que teve uma emenda substitutiva na Comissão de Constituição e Justiça. Essa emenda substitutiva foi elaborada com a participação da direção do DETRAN, do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná, com a participação de todos os Parlamentares. Portanto, uma emenda de consenso. E essa emenda também foi aprovada na C.C.J..

Esse projeto visa a regulamentação da atividade do despachante no Estado do Paraná. Uma categoria composta de 1050 proprietários despachantes, que somados a seus funcionários, colaboradores chega à casa de 15 mil trabalhadores no Estado do Paraná. Uma categoria que é bem da verdade, existe e trabalha, presta seus serviços à coletividade há mais de 150 anos e que vem prestando um relevante serviço de utilidade pública a toda sociedade, auxiliando o órgão público em nome do Sindicato dos Despachantes, em nome de todos os despachantes do Estado do Paraná, na pessoa dos seus dirigentes: Dona Rute de Freitas; o vice-Presidente Eloi Muchinski; Diretor Social Nei Barbosa; Tesoureira Maria da Silva Chilante; Secretário

Jurandir Berber; Conselho Fiscal Arestides da Silva, Luiz Mello, Célia Passos, Doralice dos Santos.

Em nome de todos os despachantes do Estado do Paraná, fazer um agradecimento especial ao Presidente Anibal Khury, que compreendendo nossos apelos proporcionou a possibilidade de tramitação desse projeto.

Ao Deputado Joel Coimbra, como Presidente da C.C.J., fez com que este projeto tramitasse rapidamente naquela Comissão.

Deputado César Seleme que relatou o projeto na C.C.J., trabalho brilhante, ouvindo todas as partes, tirando o consenso. Ao Deputado Valdir Rossoni, Líder da maioria, se posicionou a favor desse Projeto. Aos Líderes de todos os Partidos e Parlamentares de todos os partidos, que tiveram oportunidade de se manifestarem a favor deste projeto.

Nosso agradecimento também à assessoria prestada pelo Doutor Eliseu, Doutor Cesar Franco - Diretores do Detran e também o chefe da Casa Civil, Doutor Cândido Martins de Oliveira, que fez o possível para que esse projeto tramitasse rapidamente como tramitou e para que ele fosse efetivamente aprovado.

Agradecer também, ao Assessor de Gabinete que fez o trabalho muito importante, na lembrança aqui do Deputado José Maria Ferreira, o Doutor Vicente Palhares, que se empenhou muito para que esse projeto virasse um projeto acabado, como está hoje para ser votado nesse Plenário.

E, logicamente esperando a colaboração, mais uma vez o voto de todos os Parlamentares, que acontece hoje na 1.ª votação, amanhã em 2.ª votação, esperamos na sequência, a sanção desse projeto de lei, por parte do Governador do Estado, com quem já conversei e que se prontificou a sancionar este projeto na sequência.

Agradecendo a todos, em nome do Sindicato de todos os Despachantes encerro aqui o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. JOEL COIMBRA (Para Encaminhar)

O projeto que estamos votando nesse momento se reveste de extraordinária importância, não só pelo seu conteúdo de justiça, no momento que regulamenta a profissão de um valoroso segmento trabalhador da nossa sociedade, que historicamente prestou relevante serviço para todos nós, e também dá à sociedade uma modalidade nova e eficiente de serviço.

Portanto, nós que tivemos a honra de cerrar fileiras com a valiosa categoria dos despachantes, e com todos os demais parlamentares, que cada um em sua região dedicou o seu leal apoio a esse projeto, principalmente ao Deputado Sérgio Spada, Irineu Colombo, Toti Colaço, que iniciaram as

discussões a esse respeito, que nos sentimos honrados em poder votar esse projeto neste momento, e esperamos que ele seja aprovado e mereça a sanção do Senhor Governador, e todos nós teremos a ganhar com esse importante projeto que neste momento estamos votando.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Também, no mesmo sentido, manifestando voto favorável da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o PT, em homenagem ao grande batalhador pela causa dos Despachantes, Deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Projeto Aprovado.

Item 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Monsenhor Raymundo, o trecho que liga a cidade de Sulina à BR-158. COM PARACER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161, de 01.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 505/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo denominar de Monsenhor Raymundo, o trecho que liga a Cidade de Sulina à BR-158.

Da análise do referido projeto, esta Comissão manifestou-se pela conversão em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes.

Diante da resposta anexa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por 1997 esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Item 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/98, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que altera a redação da Lei nº 11.880, de 25 de novembro de 1997, que declarou de Utilidade Pública o Serviço Social da Construção Civil no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 30, de 01.04.98)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 091/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado César Silvestri, tem por objetivo alterar a redação da Lei nº 11.880, de 25 de novembro de 1997, que declarou de utilidade pública o Serviço Social da Construção Civil no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/98, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Olympio de Sá Sotto Maior Neto. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 34, de 13.04.98.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 100/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/98, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Guaratuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 34, de 13.04.98.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 106/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Aníbal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Guaratuba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 106/98

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Aníbal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição já mereceu o devido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, não encontrou nada que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Desta forma, emitidos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.98.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que dispõe sobre a transferência de alunos entre as instituições de ensino superior do Estado, nos termos dos artigos 49 e 50 da Lei nº 9.394 de 20/12/1996. (Lei das Diretrizes e Base da Educação). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 46, de 28.04.98.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 144/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra tem por objetivo dispor sobre a transferência de alunos entre as instituições de Ensino Superior do Estado, nos termos dos artigos 49 e 50 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1.996. (Lei das Diretrizes e Bases da Educação)

Esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nada que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 144/98

P A R E C E R

Relatório

A presente proposição, de autoria do Deputado Joel Coimbra, dispõe sobre a transferência de alunos entre as instituições de Ensino Superior do Estado.

Fundamentação

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, apresentou parecer favorável ao projeto de lei. Esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes entende, também, que a medida ora proposta irá, em muito, beneficiar a classe universitária do nosso Estado.

Conclusão

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 144/98.

Sala das Comissões, em 27.05.98.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a transferência da comunidade de Vista Gaúcha para o Município de Pranchita. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 82, de 27.05.97.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/97

P A R E C E R :

Relatório

O presente Plano de Resolução de autoria do Deputado Walmor Trentini, visa autorizar a realização de plebiscito para que a população decida sobre a transferência da comunidade de Vista Gaúcha para o Município de Pranchita.

Fundamentação

Tal propositura visa sanar dificuldades que a população enfrenta face a separação de Vista Gaúcha, quando da criação do Município de Pranchita.

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar conclui nada haver que possa obstar a normal tramitação do projeto por esta Casa de Leis.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 969, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 970, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 971, 972, 1004 e 1005 de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 974, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 975 e 976, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 977, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 978, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 979 a 982, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 985 e 986, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 987, de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 988, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 989, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 990, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 991, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa marca para o dia 26 de Agosto.

Requerimento nº 992, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 993 e 1009, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 996, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1000 a 1002, de autoria do Senhor Deputado Milinho Puppio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1003, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1006, de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1007, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1010 e 1011, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1012, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1013, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1013-A, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 997, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em conversa com o Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, ficou de nos fornecer esses dados. Então retiro o presente requerimento até a semana que vem votaremos a protocolar. Retiro até a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Requerimento retirado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, o Deputado Valdir Rossoni no seu pronunciamento quando tratava a explicação e abordava o investimento de 46 milhões que o Governo do Estado havia feito na agricultura. No esforço de explicar ele cobrava deste Deputado coerência pelo comportamento em relação ao Governo de São Paulo. Ora, o Governo de São Paulo tem sete vezes mais a nossa economia, o Governo de São Paulo no exercício de 1996 dispendeu com propaganda e publicidade 21 milhões de reais, o Paraná dispendeu 106 milhões de reais. A coerência que precisa existir é do Governo, e do seu Líder, para poder tentar atacar o governo sério de Mário Covas, aonde recuperou a economia de um Estado, de um Poder Público que vinha praticamente toda desestruturada; o que não acontece no Paraná. Pegou, assumiu um Governo organizado, em dia, e hoje nós temos como resultado a solicitação de um empréstimo da ordem de três bilhões para poder salvar e liquidar o Banco do Estado, além da série de contas inadimplentes que hoje figura.

Então, é essa a questão da coerência que nós gostaríamos de ver no Governo, e se ele explica que investiu 46 milhões na agricultura, ora, é menos que a metade do que investiu em propaganda no ano. Se fez muito para os agricultores, muito mais teria condições de fazer com o dinheiro público e sem tomar empréstimo. Quanto as informações, várias informações neste Plenário são negadas, São Paulo tem o sistema SLATE, que faz o acompanhamento do orçamento, o que não acontece conosco. Então, essas são as condições que se o Deputado Valdir Rossoni tivesse a gentileza de ficar no Plenário ele teria ouvido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 747/97 e 062/98.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º440/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 197, 502, 505/97, 091, 100 e 106/98;

e do de Resolução n.º 013/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 516/96, 156 e 207/98.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIAS CUJAS TRANSCRIÇÕES NOS ANAIS DA CASA FORAM APROVADAS A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DURVAL AMARAL EM SESSÃO DO DIA 02 DE JUNHO DE 1998.

"Paraná registra o melhor atendimento pelo SUS"

O Estado do Paraná

O Paraná tem o melhor sistema de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do País. Este é o resultado de uma avaliação do Ministério da Saúde, realizada entre janeiro e setembro do ano passado em 27 Secretarias de Saúde brasileiras. O Paraná conseguiu a maior nota: 8,4. O levantamento revelou que a maioria dos Estados sofre de um descontrole dos serviços prestados pela rede pública. Apenas três Estados foram aprovados.

O Paraná, Minas Gerais (8,1) e Mato Grosso (8,1) conseguiram média e foram aprovados. Os demais ficaram com notas que variam entre 2,6 e 7,6 ponto. Entre os reprovados ficaram São Paulo com média 4,9 e Rio de Janeiro com 6,2. A nota mais baixa foi do Estado de Roraima, com 2,5. A pontuação é resultado da média 100 itens, que incluem gestão da assistência hospitalar e laboratorial, controle, avaliação e auditoria.

Segundo o secretário do Estado da Saúde do Paraná, Armando Raggio, a rapidez na marcação de consultas, internação de pacientes e envolvimento da comunidade nos conselhos de saúde, são os principais motivos que colocaram o Paraná na frente. "Muitas delas são idéias pioneiras, que usam um pouco de tecnologia", afirmou Raggio ao referir-se a Central de Leitos, que busca vagas disponíveis através do computador nos hospitais e de marcação de consultas especializadas.

O relatório do Paraná feito pelo Ministério da Saúde tem 24 páginas. Nele, há indicações de que

entre janeiro e setembro de 1997 foram realizadas 12,5 milhões de consultas médicas pelo SUS. As internações no mesmo período chegaram a 577 mil. Além disso, foram realizados 6,2 milhões de exames laboratoriais e 327 transplantes de órgãos.

O Secretário Raggio diz que para garantir controle sobre os serviços do SUS no Paraná, a Secretaria Estadual de Saúde criou um sistema de informática em todas as suas regionais, que identifica qualquer irregularidade. Um software faz sinal de alerta se aparecer qualquer problema, como a cobrança ilegal de serviços.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Notas atribuídas para cada Estado

Minas Gerais	8,1
Santa Catarina	7,1
São Paulo	4,9

"A Saúde no Paraná"

O Estado do Paraná

Certa vez, num almoço que um secretário de Estado oferecia a jornalistas, ocorreu acirrada discussão entre um assessor da autoridade e um profissional de imprensa.

O assunto: a qualidade dos serviços públicos no Paraná.

Como os circunstâncias não chegavam a um acordo o assessor defendendo o governo e o jornalista criticando-o - interveio o secretário. Disse ele que o serviço público oferecido pelo Governo paranaense não é perfeito nem completo. Entretanto, que em comparação com a realidade do serviço público brasileiro e especialmente com o prestado por outros Estados, o nosso é sem dúvida bem melhor.

Neste mesmo espaço, por diversas vezes nos referimos ao fato de, em sucessivos governos, vir se aprimorando o serviço oferecido pelas repartições, mesmo ficando, em um ou outro setor, muito aquém do desejável. Comentamos principalmente do fato, aliás muito relevante, de que nesse processo foi aumentando o nível de exigências da nossa população, de forma a exigir sempre mais e a ser pouco indulgente com os maus serviços. Como consequência, no Paraná, até os maus governos foram bons, em cotejo com outros deste País.

Agora esse nível de qualidade se confirma num setor essencial: a saúde. Uma auditoria do Ministério da Saúde que confirma que o nosso Estado tem o melhor sistema de atendimento nos serviços prestados à população por intermédio do SUS (Sistema Único de Saúde). Esse levantamento

levou a uma qualificação dos Estados, por pontos. O Paraná teve, em todo o País a maior nota: 8,4.

Outros aprovados foram Minas Gerais e Mato Grosso. E aí, a parte triste da estória: todos os outros Estados brasileiros foram reprovados ficando com notas entre 2,5 e 7,6.

A auditoria do Ministério foi ampla. Abrangendo gestão de assistência hospitalar; gestão da assistência ambulatorial; processo de gestão e, por último, controle, avaliação e auditoria.

O governador Jaime Lerner está festejando o resultado. entende que "é o reconhecimento de um esforço de gestão que não só controlar as despesas públicas, como também melhorar todo o atendimento na área da saúde".

Certamente o controle das despesas públicas, inclusive na área de saúde, é importante, mas que mais valoriza essa eleição do Paraná como o de melhor serviço de saúde são os resultados.

Em três anos, os índices de mortalidade infantil no Estado foram reduzidos em 33%; aqui há mais rapidez na marcação de consultas e internação de pacientes; envolvimento da comunidade em conselhos e políticas de prevenção ao câncer, à aids e à dengue, como lembra o secretário da Saúde Armando Raggio.

Em outros Estados, o Governo Federal descobriu internações fantasmas, superfaturamento e desvio de materiais. Ou seja: desorganização e roubalheira em prejuízo da saúde do povo.

Nós, paranaenses, estamos orgulhosos da nota 8,4 para nossos serviços de saúde. Mais orgulhosos ficaríamos se a nota fosse 10. Mas. como somos brasileiros, também estamos indignados com o descaso que, no mesmo setor, acontece em outras partes do País. |